Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 8

Demonstração do Fluxo de Caixa 9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013 10

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012 11

Demonstração do Valor Adicionado 12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 13

Balanço Patrimonial Passivo 14

Demonstração do Resultado 16

Demonstração do Resultado Abrangente 18

Demonstração do Fluxo de Caixa 19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013 20

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012 21

Demonstração do Valor Adicionado 22

Comentário do Desempenho 23

Notas Explicativas 29

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais 87

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 90

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 91

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 93

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 94

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	652.742.192
Preferenciais	0
Total	652.742.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/10/2012	Juros sobre Capital Próprio	14/05/2013	Ordinária		0,42314
Reunião do Conselho de Administração	07/02/2013	Dividendo	27/03/2013	Ordinária		0,88309
Reunião do Conselho de Administração	30/07/2013	Dividendo		Ordinária		1,17591

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	8.942.966	9.039.567
1.01	Ativo Circulante	1.135.244	1.292.313
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	546.503	736.317
1.01.03	Contas a Receber	399.150	450.027
1.01.03.01	Clientes	369.874	413.001
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	29.276	37.026
1.01.03.02.01	Dividendos a receber de controladas	29.276	37.026
1.01.04	Estoques	57.511	42.317
1.01.06	Tributos a Recuperar	711	305
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	711	305
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a recuperar	711	305
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	131.369	63.347
1.01.08.03	Outros	131.369	63.347
1.01.08.03.01	Depósitos vinculados	19.144	0
1.01.08.03.02	Reembolso de aquisição de combustível	62.251	2.060
1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	49.974	61.287
1.02	Ativo Não Circulante	7.807.722	7.747.254
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	225.429	230.054
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	225.429	230.054
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a recuperar	15.555	13.814
1.02.01.09.04	Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	114.238	108.616
1.02.01.09.06	Outros ativos não circulantes	8.750	20.738
1.02.02	Investimentos	2.864.856	2.763.992
1.02.02.01	Participações Societárias	2.864.856	2.763.992
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.544.974	2.434.189
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	319.882	329.803
1.02.03	Imobilizado	4.707.737	4.742.243
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.539.586	4.696.907
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	168.151	45.336
1.02.04	Intangível	9.700	10.965
1.02.04.01	Intangíveis	9.700	10.965

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	8.942.966	9.039.567
2.01	Passivo Circulante	1.053.104	1.280.442
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	48.285	61.400
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	48.285	61.400
2.01.01.02.01	Provisão para remuneração e encargos	48.285	61.400
2.01.02	Fornecedores	93.160	127.546
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	93.160	127.546
2.01.03	Obrigações Fiscais	282.922	362.975
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	279.984	357.959
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	260.152	409.824
2.01.03.01.02	PIS e Cofins a pagar	21.428	18.648
2.01.03.01.03	Outros	4.741	5.028
2.01.03.01.04	(-) Obrigações fiscais federais a compensar	-6.337	-75.541
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.289	4.393
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	5.188	6.110
2.01.03.02.02	(-) ICMS a compensar	-2.899	-1.717
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	649	623
2.01.03.03.01	ISS a pagar	649	623
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	476.268	333.048
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	311.389	163.006
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	293.326	148.705
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	18.063	14.301
2.01.04.02	Debêntures	164.879	170.042
2.01.05	Outras Obrigações	101.423	334.666
2.01.05.02	Outros	101.423	334.666
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7.757	247.292
2.01.05.02.04	Concessões a pagar	3.194	3.129
2.01.05.02.05	Outros passivos circulantes	90.472	84.245
2.01.06	Provisões	51.046	60.807
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.147	28.439
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	468	468
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.500	3.500
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	21.179	24.471
2.01.06.02	Outras Provisões	26.899	32.368
2.01.06.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	26.899	32.368
2.02	Passivo Não Circulante	2.218.126	2.259.537
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	509.197	646.520
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	509.197	487.972
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	300.567	286.667
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	208.630	201.305
2.02.01.02	Debêntures	0	158.548
2.02.02	Outras Obrigações	1.151.371	1.074.742
2.02.02.02	Outros	1.151.371	1.074.742
2.02.02.02.03	Concessões a pagar	1.022.514	964.758
2.02.02.02.04	Outras obrigações	128.857	109.984
2.02.03	Tributos Diferidos	188.341	183.673

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	188.341	183.673
2.02.04	Provisões	369.217	354.602
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	149.355	139.004
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20.811	20.494
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.728	6.294
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	121.816	112.216
2.02.04.02	Outras Provisões	219.862	215.598
2.02.04.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	219.862	215.598
2.03	Patrimônio Líquido	5.671.736	5.499.588
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.763.052	2.331.017
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.220.337	1.220.337
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	53.562	45.098
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	576.429
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	767.568	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	555.201	582.656
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	48.454	48.454

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	797.187	1.740.563	819.945	1.653.635
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-282.829	-586.513	-314.760	-642.182
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-23.475	-41.483	-55.138	-109.441
3.02.02	Transações no mercado de curto prazo	-4.009	-19.783	-1.777	-19.478
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-58.531	-117.395	-62.753	-132.043
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-190.170	-394.997	-188.667	-368.727
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-6.644	-12.855	-6.425	-12.493
3.03	Resultado Bruto	514.358	1.154.050	505.185	1.011.453
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.521	6.995	43.054	46.594
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.690	-3.437	-3.153	-6.438
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-44.460	-83.584	-39.430	-75.930
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	766	840	2.275	2.719
3.04.04.01	Reversão de provisões operacionais	82	0	156	0
3.04.04.02	Outras	684	840	2.119	2.719
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-58	-1.958	-284	-4.037
3.04.05.01	Constituição de provisões operacionais	0	-1.607	0	-3.645
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-58	-351	-284	-392
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	38.921	95.134	83.646	130.280
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	40.072	97.328	84.547	131.942
3.04.06.02	Amortização de ágio / Direito de concessão	-1.151	-2.194	-901	-1.662
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	507.837	1.161.045	548.239	1.058.047
3.06	Resultado Financeiro	-41.224	-87.018	-80.179	-121.953
3.06.01	Receitas Financeiras	42.981	60.809	15.993	30.535
3.06.02	Despesas Financeiras	-84.205	-147.827	-96.172	-152.488
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	466.613	1.074.027	468.060	936.094
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-142.748	-325.450	-126.094	-267.009
3.08.01	Corrente	-146.090	-320.782	-78.440	-228.681
3.08.02	Diferido	3.342	-4.668	-47.654	-38.328

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	323.865	748.577	341.966	669.085
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	323.865	748.577	341.966	669.085
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,49616	1,14682	0,52389	1,02504
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,49616	1,14682	0,52389	1,02504

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	323.865	748.577	341.966	669.085
4.03	Resultado Abrangente do Período	323.865	748.577	341.966	669.085

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	786.105	646.289
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.301.006	1.134.629
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	1.074.027	936.094
6.01.01.02	Depreciação e amortização	181.355	186.499
6.01.01.03	Resultado de participação societária	-95.134	-130.280
6.01.01.04	Variação monetária e cambial	45.294	47.531
6.01.01.05	Juros	92.481	89.885
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisões operacionais, líquidas	2.632	4.520
6.01.01.07	Outros	351	380
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-514.901	-488.340
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	44.829	36.617
6.01.02.02	Reembolso de aquisição de combustível	-62.251	3.728
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a recuperar	-3.454	-22.487
6.01.02.04	Estoques	-15.194	-5.429
6.01.02.05	Depósitos vinculados e judiciais	-20.137	33.378
6.01.02.06	Outros ativos	27.238	-11.777
6.01.02.07	Fornecedores	-32.600	-40.354
6.01.02.08	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-395.674	-420.787
6.01.02.09	Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	-41.937	-59.503
6.01.02.10	Obrigações com benefícios de aposentadoria	-12.629	-14.662
6.01.02.11	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	8.887	3.343
6.01.02.12	Outros passivos	-11.979	9.593
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-145.251	-70.544
6.02.01	Aumento em investimentos	-19.918	-95.661
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-146.228	-45.669
6.02.03	Aplicação no intangível	-1.044	-843
6.02.04	Dividendos recebidos de controladas	21.939	71.629
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-830.668	-908.159
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	153.335	0
6.03.02	Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-166.604	-175.938
6.03.03	Parcelas de concessões pagas	-1.435	-1.341
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-815.964	-730.880
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-189.814	-332.414
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	736.317	567.119
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	546.503	234.705

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-576.429	0	0	-576.429
5.04.08	Dividendos de 2012 pagos	0	0	-576.429	0	0	-576.429
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	748.577	0	748.577
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	748.577	0	748.577
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.464	18.991	-27.455	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	8.464	-8.464	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	27.455	-27.455	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.763.052	767.568	603.655	5.671.736

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.262.157	0	754.108	5.553.726
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.262.157	0	754.108	5.553.726
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-517.342	0	0	-517.342
5.04.08	Dividendos de 2011 pagos	0	0	-517.342	0	0	-517.342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	669.085	0	669.085
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	669.085	0	669.085
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.911	20.154	-29.065	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	8.911	-8.911	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	29.065	-29.065	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.753.726	689.239	725.043	5.705.469

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	1.927.529	1.834.483
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.927.040	1.832.156
7.01.02	Outras Receitas	489	2.327
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	840	2.719
7.01.02.02	Outras (despesas) operacionais	-351	-392
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-306.276	-379.536
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-91.813	-147.902
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-77.652	-78.312
7.02.04	Outros	-136.811	-153.322
7.02.04.01	Constituição de provisões operacionais	-1.607	-3.645
7.02.04.02	Encargos de uso de rede elétrica e conexão	-117.395	-132.043
7.02.04.03	Outros	-17.809	-17.634
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.621.253	1.454.947
7.04	Retenções	-181.355	-186.499
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-181.355	-186.499
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.439.898	1.268.448
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	155.943	160.815
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	95.134	130.280
7.06.02	Receitas Financeiras	60.809	30.535
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.595.841	1.429.263
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.595.841	1.429.263
7.08.01	Pessoal	116.541	100.134
7.08.01.01	Remuneração Direta	75.682	63.650
7.08.01.02	Benefícios	23.367	21.313
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.360	4.813
7.08.01.04	Outros	12.132	10.358
7.08.01.04.01	Participação nos resultados	12.132	10.358
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	515.332	448.116
7.08.02.01	Federais	504.136	435.607
7.08.02.02	Estaduais	10.175	11.508
7.08.02.03	Municipais	1.021	1.001
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	92.463	96.940
7.08.03.01	Juros	80.160	82.526
7.08.03.02	Aluguéis	4.258	5.678
7.08.03.03	Outras	8.045	8.736
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	748.577	669.085
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	748.577	669.085
7.08.05	Outros	122.928	114.988
7.08.05.01	Encargos setoriais	63.672	54.608
7.08.05.02	Encargos sobre concessões a pagar	59.256	60.380

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	12.204.071	12.265.121
1.01	Ativo Circulante	1.872.163	1.985.305
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	985.329	1.179.976
1.01.03	Contas a Receber	614.812	622.916
1.01.03.01	Clientes	614.812	622.916
1.01.04	Estoques	61.925	45.374
1.01.06	Tributos a Recuperar	59.880	64.749
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	59.880	64.749
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a recuperar	59.880	64.749
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	150.217	72.290
1.01.08.03	Outros	150.217	72.290
1.01.08.03.01	Depósitos vinculados	27.154	1.309
1.01.08.03.02	Reembolso de aquisição de combustível	62.251	2.060
1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	60.812	68.921
1.02	Ativo Não Circulante	10.331.908	10.279.816
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	471.492	487.231
1.02.01.06	Tributos Diferidos	17.093	16.992
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.093	16.992
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	454.399	470.239
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a recuperar	118.182	128.185
1.02.01.09.04	Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886
1.02.01.09.05	Depósitos vinculados	105.840	103.310
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	116.102	110.411
1.02.01.09.07	Outros ativos não circulantes	27.389	41.447
1.02.03	Imobilizado	9.736.083	9.683.085
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.294.073	8.984.088
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	442.010	698.997
1.02.04	Intangível	124.333	109.500
1.02.04.01	Intangíveis	124.333	109.500

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	12.204.071	12.265.121
2.01	Passivo Circulante	1.513.814	1.690.673
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	48.795	61.785
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	48.795	61.785
2.01.01.02.01	Remunerações e encargos a pagar	48.795	61.785
2.01.02	Fornecedores	213.586	219.328
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	213.586	219.328
2.01.03	Obrigações Fiscais	314.121	416.076
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	287.379	388.959
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	266.448	436.981
2.01.03.01.02	PIS e Cofins a pagar	23.773	22.661
2.01.03.01.03	Outros	5.334	5.748
2.01.03.01.04	(-) Obrigações fiscais federais a compensar	-8.176	-76.431
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	25.396	25.733
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	28.312	27.457
2.01.03.02.02	(-) ICMS a compensar	-2.916	-1.724
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.346	1.384
2.01.03.03.01	ISS a pagar	1.346	1.384
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	662.172	527.085
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	497.293	357.043
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	479.230	342.742
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	18.063	14.301
2.01.04.02	Debêntures	164.879	170.042
2.01.05	Outras Obrigações	223.363	404.861
2.01.05.02	Outros	223.363	404.861
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.056	247.591
2.01.05.02.04	Concessões a pagar	50.841	48.800
2.01.05.02.05	Outras obrigações	164.466	108.470
2.01.06	Provisões	51.777	61.538
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.878	29.170
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	468	468
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.500	3.500
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	21.910	25.202
2.01.06.02	Outras Provisões	26.899	32.368
2.01.06.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	26.899	32.368
2.02	Passivo Não Circulante	5.015.544	5.072.197
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.800.638	3.007.460
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.800.638	2.848.912
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.592.008	2.647.607
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	208.630	201.305
2.02.01.02	Debêntures	0	158.548
2.02.02	Outras Obrigações	1.631.927	1.504.159
2.02.02.02	Outros	1.631.927	1.504.159
2.02.02.02.03	Concessões a pagar	1.449.044	1.380.126
2.02.02.02.04	Outras obrigações	182.883	124.033
2.02.03	Tributos Diferidos	208.480	199.430

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	208.480	199.430
2.02.04	Provisões	374.499	361.148
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	154.637	145.550
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	22.575	22.260
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.029	7.733
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	125.033	115.557
2.02.04.02	Outras Provisões	219.862	215.598
2.02.04.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	219.862	215.598
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.674.713	5.502.251
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.763.052	2.331.017
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.220.337	1.220.337
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	53.562	45.098
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	576.429
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	767.568	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	555.201	582.656
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	48.454	48.454
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.977	2.663

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.273.365	2.664.246	1.194.372	2.347.839
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-648.627	-1.263.108	-508.254	-1.037.233
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-191.352	-407.852	-166.164	-338.600
3.02.02	Transações no mercado de curto prazo	-107.682	-148.276	-1.724	-19.824
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-74.982	-150.012	-78.428	-162.901
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-267.967	-544.113	-255.513	-503.415
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-6.644	-12.855	-6.425	-12.493
3.03	Resultado Bruto	624.738	1.401.138	686.118	1.310.606
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-49.820	-96.839	-47.327	-93.529
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.447	-5.890	-4.710	-8.613
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-47.177	-88.048	-41.252	-79.582
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	936	857	2.118	2.719
3.04.04.01	Reversão de provisões operacionais	235	0	0	0
3.04.04.02	Outras	701	857	2.118	2.719
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-132	-3.758	-3.483	-8.053
3.04.05.01	Constituição de provisões operacionais	0	-3.331	-217	-4.667
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-132	-427	-3.266	-3.386
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	574.918	1.304.299	638.791	1.217.077
3.06	Resultado Financeiro	-91.826	-190.318	-128.533	-215.736
3.06.01	Receitas Financeiras	50.958	75.473	24.068	47.371
3.06.02	Despesas Financeiras	-142.784	-265.791	-152.601	-263.107
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	483.092	1.113.981	510.258	1.001.341
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-159.078	-365.090	-168.166	-331.987
3.08.01	Corrente	-157.765	-356.142	-115.120	-283.735
3.08.02	Diferido	-1.313	-8.948	-53.046	-48.252
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	324.014	748.891	342.092	669.354
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	324.014	748.891	342.092	669.354
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	323.865	748.577	341.966	669.085

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	149	314	126	269
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,49639	1,14730	0,52408	1,02545
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,49639	1,14730	0,52408	1,02545

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	324.014	748.891	342.092	669.354
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	324.014	748.891	342.092	669.354
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	323.865	748.577	341.966	669.085
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	149	314	126	269

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.004.177	887.854
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.648.588	1.520.439
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	1.113.981	1.001.341
6.01.01.02	Depreciação e amortização	286.176	273.189
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	59.813	56.925
6.01.01.04	Juros	185.531	183.168
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisões operacionais, líquidas	2.661	5.385
6.01.01.06	Outros	426	431
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-644.411	-632.585
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	16.415	-22.157
6.01.02.02	Reembolso de aquisição de combustível	-62.251	3.728
6.01.02.03	Tributos a recuperar	22.011	222
6.01.02.04	Estoques	-16.551	-4.073
6.01.02.05	Depósitos vinculados e judiciais	-26.693	29.314
6.01.02.06	Despesas antecipadas	7.610	-9.665
6.01.02.07	Outros ativos	18.408	-1.942
6.01.02.08	Fornecedores	183	18.720
6.01.02.09	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-450.905	-480.633
6.01.02.10	Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	-126.283	-150.577
6.01.02.11	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	10.887	4.543
6.01.02.12	Obrigações com benefícios de aposentadoria	-12.629	-14.662
6.01.02.13	Adiantamento de clientes	-7.316	-14.473
6.01.02.14	Outros passivos	-17.297	9.070
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-260.784	-175.938
6.02.01	Aplicação em investimentos	-10.238	0
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-247.918	-173.961
6.02.03	Aplicação no intangível	-2.628	-1.977
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-938.040	-1.010.781
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	172.700	17.442
6.03.02	Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-270.477	-264.726
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-815.964	-730.880
6.03.04	Parcelas de concessões pagas	-25.274	-23.815
6.03.05	Depósitos vinculados ao serviço da dívida	975	-8.802
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-194.647	-298.865
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.179.976	781.808
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	985.329	482.943

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588	2.663	5.502.251
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588	2.663	5.502.251
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-576.429	0	0	-576.429	0	-576.429
5.04.08	Dividendos de 2012 pagos	0	0	-576.429	0	0	-576.429	0	-576.429
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	748.577	0	748.577	314	748.891
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	748.577	0	748.577	314	748.891
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.464	18.991	-27.455	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	8.464	-8.464	0	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	27.455	-27.455	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.763.052	767.568	603.655	5.671.736	2.977	5.674.713

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.262.157	0	754.108	5.553.726	2.277	5.556.003
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.262.157	0	754.108	5.553.726	2.277	5.556.003
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-517.342	0	0	-517.342	0	-517.342
5.04.08	Dividendos de 2011 pagos	0	0	-517.342	0	0	-517.342	0	-517.342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	669.085	0	669.085	269	669.354
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	669.085	0	669.085	269	669.354
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.911	20.154	-29.065	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	8.911	-8.911	0	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	29.065	-29.065	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.753.726	689.239	725.043	5.705.469	2.546	5.708.015

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

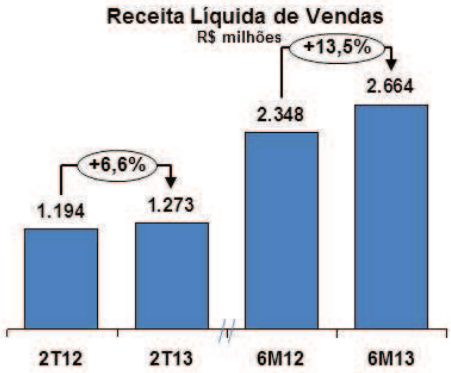
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	3.158.426	2.791.125
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.982.631	2.630.477
7.01.02	Outras Receitas	430	-667
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	857	2.719
7.01.02.02	Outras (despesas) operacionais	-427	-3.386
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	177.213	161.587
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.848	-272
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.031.375	-815.107
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-597.311	-384.434
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-97.471	-99.740
7.02.04	Outros	-336.593	-330.933
7.02.04.01	Constituição de provisões operacionais	-1.483	-4.395
7.02.04.02	Encargos de uso de rede elétrica e conexão	-150.012	-162.901
7.02.04.03	Gastos com a construção de usinas	-165.283	-137.331
7.02.04.04	Outros	-19.815	-26.306
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.127.051	1.976.018
7.04	Retenções	-286.176	-273.189
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-286.176	-273.189
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.840.875	1.702.829
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	75.473	47.371
7.06.02	Receitas Financeiras	75.473	47.371
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.916.348	1.750.200
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.916.348	1.750.200
7.08.01	Pessoal	119.434	102.718
7.08.01.01	Remuneração Direta	78.081	65.780
7.08.01.02	Benefícios	23.702	21.540
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.519	5.040
7.08.01.04	Outros	12.132	10.358
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	684.901	615.983
7.08.02.01	Federais	640.065	572.325
7.08.02.02	Estaduais	43.781	42.477
7.08.02.03	Municipais	1.055	1.181
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	186.554	201.923
7.08.03.01	Juros	159.799	160.596
7.08.03.02	Aluguéis	5.329	7.070
7.08.03.03	Outras	21.426	34.257
7.08.03.03.01	Juros capitalizados	11.930	24.256
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	9.496	10.001
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	748.577	669.085
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	748.577	669.085
7.08.05	Outros	176.882	160.491
7.08.05.01	Encargos setoriais	80.564	69.793
7.08.05.02	Encargos sobre concessões a pagar	96.004	90.429
7.08.05.03	Acionista não controlador	314	269

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho - Consolidado

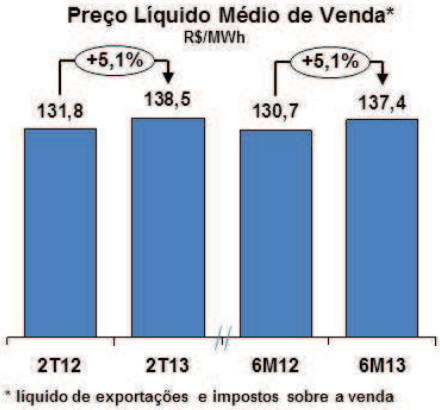
Receita Líquida de Vendas

No 2T13, a receita líquida de vendas apresentou um crescimento de 6,6%, ou R$ 79,0 milhões, quando comparada àquela auferida no mesmo período do ano anterior, passando de R$ 1.194,4 milhões para R$ 1.273,4 milhões. Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram os seguintes: (i) R$ 66,2 milhões - elevação do preço médio líquido de venda; (ii) R$ 62,4 milhões - crescimento do volume de venda de energia; (iii) R$ 4,3 milhões - aumento das vendas de cinzas; e (iv) R$ 53,8 milhões – redução na receita decorrente das transações realizadas no mercado de curto prazo, inclusive as no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).



- **Preço médio líquido de venda**

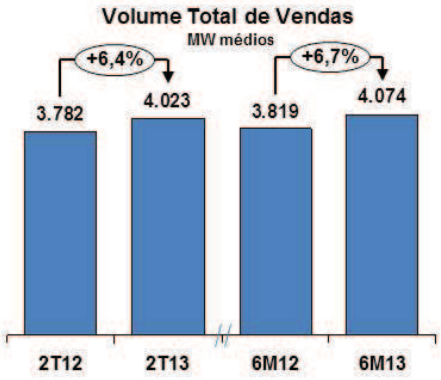
O preço médio de venda de energia, líquido de exportações e impostos sobre a receita, foi de R$ 138,52/MWh no 2T13, 5,1% acima do apurado no mesmo trimestre de 2012, cujo valor foi de R$ 131,78/MWh. A elevação do preço ocorreu, essencialmente, em razão da atualização monetária dos contratos existentes, bem como dos maiores preços praticados em novos contratos para consumidores livres, parcialmente amortecidos pelos aumentos abaixo da inflação dos preços médios de venda para distribuidoras e comercializadoras, em decorrência do vencimento e redução de contratos com preços superiores às médias praticadas atualmente pelo mercado.



Comentário do Desempenho

- **Volume de vendas**

A quantidade de energia vendida passou de 8.260 GWh (3.782 MW médios) no 2T12 para 8.787 GWh (4.023 MW médios) no 2T13, crescimento de 6,4%, ou 527 GWh (241 MW médios), entre os períodos comparados.



O acréscimo no volume de vendas decorreu da combinação dos seguintes fatos: (i) aumento de 876 GWh (401 MW médios) nas vendas para consumidores livres; (ii) decréscimo de 185 GWh (85 MW médios) nas vendas para comercializadoras; e (iii) redução de 164 GWh (75 MW médios) no suprimento de energia para distribuidoras.

A Companhia, ao longo de 2012, em atendimento à solicitação de determinados consumidores livres, transferiu alguns de seus contratos para empresas comercializadoras de seu grupo econômico. Ademais, a Companhia firmou novos contratos com comercializadoras que também repassam a energia adquirida exclusivamente para unidades industriais do mesmo grupo. Essas ações têm sido motivadas pela iniciativa de clientes de aprimorar a gestão de suas compras e alocações de energia no conjunto de suas unidades industriais.

Em consequência da alteração acima mencionada e visando permitir uma melhor comparabilidade entre os números apresentados, a Companhia reclassificou, no 2T12, o montante de R$ 49,0 milhões, equivalentes a 364 GWh (166 MW médios) de "suprimento de energia elétrica" para "fornecimento de energia elétrica".

Comentários sobre as variações da receita líquida de vendas, por natureza de conta

a) Suprimento de energia elétrica

A receita de venda a distribuidoras e comercializadoras alcançou R$ 740,4 milhões no 2T13, ligeiramente inferior aos R$ 758,5 milhões auferidos no 2T12. As seguintes variações contribuíram para esse efeito: (i) R$ 24,9 milhões - elevação de 3,7% no preço médio líquido de venda para distribuidoras; (ii) R$ 23,9 milhões - redução de 164 GWh (75 MW médios), ou 3,5%, no volume de vendas para distribuidoras; (iii) R$ 21,2 milhões - decréscimo de 185 GWh (85 MW médios), ou 26,8%, na quantidade de energia vendida para comercializadoras.; e (iv) R$ 2,1 milhões - ampliação do preço da energia vendida para as comercializadoras em 3,2%.

b) Fornecimento de energia elétrica

A receita de venda a consumidores livres aumentou 44,5% entre os trimestres em análise, passando de R$ 329,9 milhões no 2T12 para R$ 476,7 milhões no mesmo período de 2013. Os seguintes eventos contribuíram para essa variação: (i) R$ 107,5 milhões - crescimento de 876 GWh (401 MW médios), ou 31,0%, na quantidade de energia vendida; e (ii) R$ 39,3 milhões - elevação de 10,3% no preço médio líquido de venda da energia.

Comentário do Desempenho

c) Transações no mercado de curto prazo

No 2T13, a receita auferida no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE foi de R$ 47,8 milhões, enquanto que no mesmo trimestre de 2012 foi de R$ 101,6 milhões, representando um decréscimo de R$ 53,8 milhões. Maiores explicações sobre essas operações e variações podem ser encontradas a seguir no item "Detalhamento das operações de curto prazo, inclusive as transações na CCEE".

Custos da Venda de Energia e Serviços

Os custos da venda de energia e serviços subiram 27,6%, ou R$ 140,3 milhões, entre os trimestres comparados, passando de R$ 508,3 milhões no 2T12 para R$ 648,6 milhões no trimestre em análise. Essa variação decorreu, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

a) **Energia elétrica comprada para revenda:** incremento de R$ 25,2 milhões no 2T13 em comparação com o mesmo trimestre de 2012, refletindo essencialmente o aumento de preço médio entre os trimestres comparados em função de reajustes de contratos de longo prazo existentes e de novos contratos com início de vigência em 2013.

b) **Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE:** entre os trimestres em análise, os custos com essas transações foram superiores em R$ 106,0 milhões. Maiores detalhes estão descritos a seguir em item específico.

c) **Combustíveis para produção de energia elétrica:** redução de R$ 9,0 milhões no 2T13 em relação ao mesmo trimestre de 2012, em função, principalmente, da redução no consumo de gás natural da Usina Termelétrica William Arjona devido à suspensão do fornecimento amparada por liminar obtida pelo fornecedor.

d) **Encargos de uso de rede elétrica e conexão**: queda de R$ 3,5 milhões entre os trimestres em análise, reflexo, em sua grande parte, dos efeitos de medidas impostas pelo Governo Federal que resultaram na redução de encargos setoriais sobre as tarifas de transmissão no ano de 2013.

e) **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (royalties):** aumento de R$ 10,9 milhões entre os trimestres comparados em razão, basicamente, do incremento de geração das unidades hidrelétricas da Companhia.

f) **Pessoal:** aumento de R$ 7,1 milhões em relação ao segundo trimestre de 2012 em razão, substancialmente, do seguinte: (i) ampliação do quadro de pessoal, em consonância com o crescimento dos negócios da Companhia; e (ii) reajuste anual da remuneração e benefícios dos empregados.

g) **Materiais e serviços de terceiros:** queda de R$ 4,1 milhões em comparação com o 2T12 em decorrência da redução dos custos com a manutenção e conservação das unidades geradoras da Companhia.

h) **Depreciação e amortização:** ampliação de R$ 6,9 milhões entre os trimestres em análise, em razão, sobretudo, da entrada em operação das novas unidades geradoras da UHE Estreito.

Comentário do Desempenho

Detalhamento das Operações de Curto Prazo, Inclusive as Transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra ou venda de energia com duração da entrega não superior a seis meses e que tenham como objetivo principal a otimização da exposição da Tractebel na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Dessa forma, o preço da energia em tais operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal - e, portanto, de curto prazo - dos resultados advindos da contabilização na Câmara. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas a PLD, logo, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do PLD.

No 2T13, a Companhia obteve um resultado líquido negativo (diferença entre receitas e despesas - deduzidas dos impostos e contribuições incidentes sobre as mesmas) decorrente das transações de curto prazo, inclusive as realizadas no âmbito da CCEE, no valor de R$ 59,9 milhões ante o resultado líquido positivo de R$ 99,9 milhões apurados no 2T12, ou seja, uma variação negativa de R$ 159,8 milhões entre os períodos comparados.

Essa variação decorreu, essencialmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) redução da posição vendedora, refletindo a estratégia de alocação mensal de energia da Companhia; (ii) compra de energia no curto prazo no 2T13 para evitar uma posição devedora na CCEE; (iii) redução da exposição termelétrica em função do aumento da geração termelétrica resultante dos baixos níveis dos reservatórios no país; (iv) queda significativa da receita derivada da energia secundária – energia auferida quando a geração hidrelétrica dos agentes do MRE é superior à energia por eles sazonalizada; (v) decréscimo na despesa no MRE devido ao aumento da geração hidrelétrica; e (vi) reconhecimento dos custos estimados relativos à participação dos geradores no rateio dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), estabelecida pela Resolução CNPE 03, apesar de liminar obtida pela associação que representa a Companhia, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), suspendendo os efeitos da referida Resolução.

Comentário do Desempenho

Vale mencionar que, caso a decisão judicial final, seja contrária aos efeitos da Resolução CNPE 03, o custo adicional de R$ 42,4 milhões reconhecido no presente trimestre será revertido pela Companhia.

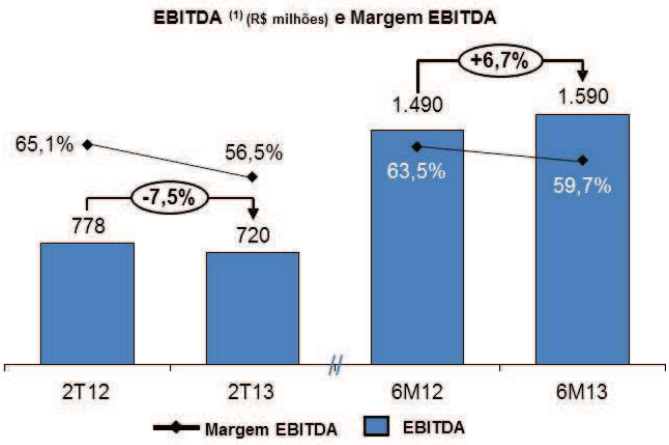
Cabe considerar que o expressivo aumento do PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste, que passou de R$ 164,55/MWh no 2T12 para R$ 248,94/MWh no 2T13, contribuiu significativamente para os efeitos mencionados nos itens (i) a (iv) anteriormente comentados.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R$ 41,3 milhões no 2T12 para R$ 47,2 milhões no presente trimestre, ou seja, um acréscimo de R$ 5,9 milhões, ou 14,4%. Essa ampliação está relacionada, substancialmente, ao aumento nas despesas com pessoal pelos motivos comentados no item "Custos da Venda de Energia e Serviços", subitem "Pessoal".

EBITDA e Margem EBITDA

Traduzindo os efeitos retro mencionados, o EBITDA no 2T13 alcançou R$ 719,9 milhões, 7,4% abaixo do apurado no mesmo trimestre de 2012, que foi de R$ 777,9 milhões. A margem EBITDA atingiu 56,5% no 2T13, representado uma redução de 8,6 p.p. em relação ao mesmo período de 2012. As quedas acima mencionadas decorreram, substancialmente, dos efeitos negativos relativos às transações no mercado de curto prazo, inclusive as realizadas no âmbito da CCEE, no valor de R$ 117,4 milhões, e ao provisionamento para reconhecimento dos custos estimados relativos à participação dos geradores no rateio do ESS, no valor de R$ 42,4 milhões.



(1) EBITDA representa: lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização.

Comentário do Desempenho

A fim de possibilitar a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA, apresentamos a tabela abaixo:

(valores em R$ mil)	2T13	2T12	Var. %	6M13	6M12	Var. %
Lucro líquido	324.014	342.092	-5,3	748.891	669.354	11,9
(+) Imposto de renda e contribuição social	159.078	168.166	-5,4	365.090	331.987	10,0
(+) Despesas financeiras, líquidas	91.826	128.533	-28,6	190.318	215.736	-11,8
(+) Depreciação e Amortização	145.015	139.101	4,3	286.176	273.189	4,8
EBITDA	**719.933**	**777.892**	**-7,5**	**1.590.475**	**1.490.266**	**6,7**

Resultado Financeiro

Receitas financeiras: no 2T13, essas receitas atingiram R$ 51,0 milhões, representando uma elevação de R$ 26,9 milhões em relação ao montante auferido no mesmo trimestre de 2012. Essa variação deve-se, essencialmente, ao reconhecimento de ganho não recorrente de ação judicial, no valor de R$ 29,2 milhões, que questionava o montante dos juros e variação monetária sobre vendas de energia recebidas em atraso em anos anteriores.

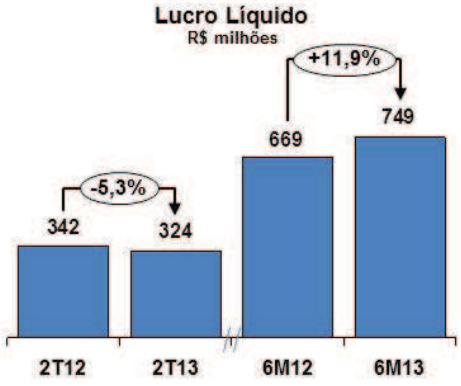
Despesas financeiras: essas despesas no 2T13 foram de R$ 142,8 milhões, R$ 9,8 milhões inferiores às do mesmo período do ano anterior, que foram de R$ 152,6 milhões. A queda decorreu, essencialmente: (i) da redução de R$ 14,1 milhões na variação monetária sobre concessões a pagar, devido à menor variação dos índices de inflação entre os trimestres analisados; e (ii) do aumento de R$ 4,0 milhões da despesa de variação cambial sobre empréstimos.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL no 2T13 totalizaram R$ 159,1 milhões, valor inferior em R$ 9,1 milhões ao do mesmo trimestre de 2012, que foi de R$ 168,2 milhões. Essa variação decorreu basicamente da redução do lucro antes dos tributos entre os trimestres analisados.

Lucro Líquido

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o lucro líquido do 2T13 alcançou R$ 324,0 milhões, valor R$ 18,1 milhões, ou 5,3%, inferior aos R$ 342,1 milhões apresentados no mesmo trimestre do ano anterior. O principal fator que contribuiu para a redução do resultado do trimestre foi o efeito negativo de R$ 77,5 milhões decorrente das transações de curto prazo, inclusive as realizadas no âmbito da CCEE. Como evento não recorrente, verificou-se o efeito positivo de R$ 19,3 milhões, resultante do ganho de ação judicial relativo a juros e variação monetária sobre venda de energia. Além disso, cabe ressaltar que o lucro líquido foi negativamente impactado em R$ 28,0 milhões em razão do provisionamento para reconhecimento dos custos estimados relativos à participação dos geradores no rateio do ESS, estabelecida pela Resolução CNPE 03.



TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30.06.2013

(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

1. – CONTEXTO OPERACIONAL

A Tractebel Energia S.A. ("Companhia", "Tractebel Energia" ou "TBLE") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima de capital aberto, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

As ações da Companhia, sob o código TBLE3, estão listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Ademais, a Tractebel Energia negocia *American Depositary Receipts (ADR)* Nível I no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, de acordo com a relação de um ADR para cada ação ordinária.

O controle acionário da Companhia é detido pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil, controlada pela International Power S.A. (atual denominação da SUEZ-Tractebel S.A.), cuja sede está na Bélgica. A International Power S.A., por sua vez, integra o grupo econômico GDF SUEZ, sediado na França.

A Tractebel Energia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por aproximadamente 6,3%[1] da capacidade instalada do país. Em 30.06.2013, a sua capacidade instalada, incluindo as participações em consórcios de geração de energia e após o início da operação comercial da última das oito unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), é de 6.909,3 [2] MW. Desse total, 80,5% são oriundas de fontes hidrelétricas, 17,1% de termelétricas e 2,4% de energias complementares - Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), fontes eólicas e geração à biomassa. A energia assegurada para fins de comercialização, em 30.06.2013, é de 3.811,9 MW médios.

O parque gerador em operação da Companhia é composto por nove usinas hidrelétricas, seis termelétricas[3], três PCH, duas de fontes eólicas e duas com geração à biomassa.

[1] Informação com base em dados apurados na data-base de 31.12.2012.

[2] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

[3] O Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é composto por três usinas.

O principal evento relacionado com a atividade da Companhia, ocorridos no 2° trimestre de 2013, foi o seguinte:

Aquisição do Projeto Campo Largo

Em junho de 2013, a Companhia concluiu o processo de aquisição da CLWP Brasil Ltda., pelo montante de R$ 21.610, após o cumprimento de determinadas condições previstas no contrato firmado em janeiro de 2013. A CLWP é detentora de 7 projetos de geração eólica, com potência instalada conjunta e capacidade comercial de 206 MW e 105 MW médios, respectivamente. Maiores detalhes estão descritos na Nota 9 – Investimentos.

2. – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações trimestrais consolidadas, identificadas como "Consolidado", foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais estão em consonância.

As informações trimestrais individuais da Tractebel Energia, identificadas como "Controladora", foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade aplicáveis à Tractebel Energia somente no que se refere à avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial que, segundo as IFRS, devem ser mensurados e apresentados pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor justo.

As referidas informações trimestrais foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerido nas normas.

Na elaboração das informações trimestrais é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas.

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações trimestrais de 30.06.2013, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2012.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2012 que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as informações trimestrais de 30.06.2013. Essas demonstrações contábeis, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2013

- CPC 33 (R1) e IAS 19 Revisada – Benefícios a empregados

As práticas contábeis relativas ao reconhecimento e mensuração dos Benefícios a empregados foram alteradas e sua adoção se tornou obrigatória a partir de 01.01.2013.

A nova norma eliminou a abordagem do método do "corredor", que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. Desta forma, a Companhia, em 01.01.2013, ajustou esses valores no seu ativo e passivo, em contrapartida do patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A partir de 01.01.2013, os ganhos e perdas atuariais avaliados anualmente pelos atuários passarão a ser reconhecidos diretamente na rubrica "outros resultados abrangentes", na Demonstração dos Resultados Abrangentes e no Patrimônio Líquido, conforme orientado pela revisão do CPC 33 e da IAS 19.

Além disso, o cálculo da rentabilidade de ativos do plano passou a ser realizado com base na taxa de desconto utilizada para fins de avaliação do valor presente do passivo atuarial.

Para efeitos comparativos, conforme requerido pela norma, a Companhia aplicou essa nova regra retrospectivamente a 01.01.2012 e, em consequência, ajustou o balanço patrimonial de 31.12.2012 e o resultado do trimestre findo em 30.06.2012, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

a) Efeito no balanço patrimonial de 31.12.2012

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31.12.2012	Ajuste	Saldo ajustado	Saldo em 31.12.2012	Ajuste	Saldo ajustado
Ativo não circulante	**7.746.549**	**705**	**7.747.254**	**10.279.111**	**705**	**10.279.816**
Realizável a longo prazo	229.349	705	230.054	486.526	705	487.231
Outros ativos não circulantes[4]	20.033	705	20.738	40.742	705	41.447
Passivo não circulante	**2.298.243**	**(38.706)**	**2.259.537**	**5.110.903**	**(38.706)**	**5.072.197**
Obrigações com benefícios de aposentadoria	274.607	(59.009)	215.598	274.607	(59.009)	215.598
Imposto de renda e contribuição social diferido	163.370	20.303	183.673	179.127	20.303	199.430
Patrimônio líquido	**5.460.177**	**39.411**	**5.499.588**	**5.462.840**	**39.411**	**5.502.251**
Outros resultados abrangentes						
Ganhos atuariais, líquidos	-	48.454	48.454	-	48.454	48.454
Reservas de lucros	2.340.060	(9.043)	2.331.017	2.340.060	(9.043)	2.331.017

[4] Plano Previg BD (Superavitário)

b) Efeito no resultado do 1º semestre de 2012

	Controladora			Consolidado		
	1º sem. de 2012	Ajuste	Ajustado	1º sem. de 2012	Ajuste	Ajustado
Constituição de provisões operacionais, líquidas	329	(3.974)	(3.645)	(693)	(3.974)	(4.667)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**1.062.021**	**(3.974)**	**1.058.047**	**1.221.051**	**(3.974)**	**1.217.077**
Resultado Financeiro	**(119.077)**	**(2.876)**	**(121.953)**	**(212.860)**	**(2.876)**	**(215.736)**
Juros sobre o passivo atuarial líquido	(5.156)	(2.876)	(8.032)	(5.156)	(2.876)	(8.032)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**942.944**	**(6.850)**	**936.094**	**1.008.191**	**(6.850)**	**1.001.341**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(269.339)**	**2.330**	**(267.009)**	**(334.317)**	**2.330**	**(331.987)**
Lucro Líquido do semestre	**673.605**	**(4.520)**	**669.085**	**673.874**	**(4.520)**	**669.354**

c) Efeito no resultado do 2º trimestre de 2012

	Controladora			Consolidado		
	2º trim. de 2012	Ajuste	Ajustado	2º trim. de 2012	Ajuste	Ajustado
Constituição de provisões operacionais, líquidas	2.143	(1.987)	156	1.770	(1.987)	(217)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**550.226**	**(1.987)**	**548.239**	**640.778**	**(1.987)**	**638.791**
Resultado Financeiro	**(78.741)**	**(1.438)**	**(80.179)**	**(127.095)**	**(1.438)**	**(128.533)**
Juros sobre o passivo atuarial líquido	(2.578)	(1.438)	(4.016)	(2.578)	(1.438)	(4.016)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**471.485**	**(3.425)**	**468.060**	**513.683**	**(3.425)**	**510.258**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(127.259)**	**1.165**	**(126.094)**	**(169.331)**	**1.165**	**(168.166)**
Lucro Líquido do trimestre	**344.226**	**(2.260)**	**341.966**	**344.352**	**(2.260)**	**342.092**

- CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

O pronunciamento estabelece que nas relações entre entidades caracterizadas como "Operações em conjunto" (*Joint Operation)*, o operador em conjunto deve reconhecer os ativos, passivos, receitas e despesas relacionadas à sua participação na operação em conjunto. As características e essência econômica da participação da Companhia nos negócios e nas operações da investida Itá Energética S.A. (Itasa) caracterizam uma operação em conjunto.

As participações nos ativos, passivos, receitas e despesas correspondentes às operações em conjunto em entidades sem personalidade jurídica própria (participação em consórcios) são reconhecidas nas demonstrações contábeis individuais das empresas que mantém a operação em conjunto e, consequentemente, no consolidado.

A adoção da referida norma não resultou em nenhuma alteração em relação ao método usado para a elaboração do balanço patrimonial e resultado da controladora e consolidado da Companhia relativos ao ano de 2012.

Sistema EmpresasNet (ENET)

Cabe mencionar que no quadro "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" do Sistema "EmpresasNet" da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a "Outros Resultados Abrangentes", está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

Os saldos patrimoniais da controladora e do consolidado, apresentados no sistema ENET, correspondentes a 31.12.2012, já contemplam a aplicação retrospectiva, para fins comparativos, do CPC 33 (R1) e IAS 19 acima mencionado. Da mesma forma, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, da controladora e do consolidado, do trimestre findo em 30.06.2012, também consideram os ajustes retrospectivos relativos a essa adoção.

Aprovação das informações trimestrais

As informações trimestrais ora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 30.07.2013.

Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

Os pronunciamentos contábeis e a interpretações técnicas, revisados ou emitidos em períodos anteriores, estão mencionadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2012 e não foram repetidas nessas informações trimestrais por não terem sofrido qualquer alteração. As principais revisões e/ou alterações ocorridas no período de seis meses findo em 30.06.2013 estão destacadas a seguir.

IAS 36 – Divulgações de Valor Recuperável para Ativos Não Financeiros

Em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36 – *Impairment of assets*, a qual tem como objetivo o requerimento de divulgação de informações adicionais sobre a mensuração ao valor justo dos ativos provisionados para perda ao valor recuperável. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente aos períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2014. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação da referida revisão.

IFRIC 21 - Tributos

Em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21 – *Levies*, a qual tem como propósito determinar quando reconhecer uma obrigação de pagar um tributo que está sob o escopo da norma IAS 37 – *Provisions, Contingent Liabities and Contingent Assets*. A referida interpretação deve ser aplicada em períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2014. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação da referida interpretação.

IAS 39 – Novação de Derivativos e Continuação de *Hedge Accounting*

Em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*, a qual tem como objetivo permitir uma exceção na descontinuidade do *hedge accounting* quando a novação de um derivativo designado como um instrumento de *hedge* atinge determinados critérios. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente aos períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2014. A Companhia entende que as modificações da referida norma não impactarão suas demonstrações contábeis.

3. – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Caixa e depósitos bancários à vista	**2.436**	**3.207**	**6.431**	**13.832**
Aplicações financeiras:				
- Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações compromissadas com títulos públicos federais[5]				
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	537.895	728.976	960.351	1.126.254
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	1.899	-	3.389	-
	539.794	**728.976**	**963.740**	**1.126.254**
- Instituições Financeiras [6]				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.273	4.134	8.626	12.744
Operações lastreadas em debêntures	-	-	6.532	27.146
	4.273	**4.134**	**15.158**	**39.890**
Total das aplicações financeiras	**544.067**	**733.110**	**978.898**	**1.166.144**
	546.503	**736.317**	**985.329**	**1.179.976**

A Companhia estruturou suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

[5] São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

[6] Bancos: Safra, Itaú Unibanco, Itaú BBA, Banco do Brasil, Votorantim e Bradesco.

4. – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Circulante				
Concessionárias	222.970	253.084	340.016	369.657
Comercializadoras	125.138	135.532	30.152	64.279
Consumidores livres	21.003	20.972	244.095	185.741
Transações no âmbito da CCEE [7]				
- Correntes	6.806	9.456	7.001	9.691
- Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	2.665	2.665	2.665	2.665
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.574	122.574	122.574	122.574
	501.156	**544.283**	**746.503**	**754.607**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(131.282)	(131.282)	(131.691)	(131.691)
	369.874	**413.001**	**614.812**	**622.916**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

b) Composição das contas a receber vencidas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Vencidas até 30 dias	6.547	9.252	8.928	9.401
Vencidas de 31 a 60 dias	2.937	-	4.362	-
Vencidas de 61 a 90 dias	-	-	89	-
Vencidas a mais de 91 dias:				
- Com provisão constituída	131.282	131.282	131.691	131.691
- Sem provisão constituída	1.513	1.143	1.805	1.160
	132.795	**132.425**	**133.496**	**132.851**
	142.279	**141.677**	**146.875**	**142.252**

A Companhia possuía em 30.06.2013 valores vencidos até 30 dias a receber de sua controlada Tractebel Energia Comercializadora, no valor de R$ 6.540, cuja quitação ocorreu em 16.07.2013.

Em razão da expectativa de recebimento dos valores vencidos, a Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para os valores vencidos até 60 dias nem para parte dos montantes vencidos a mais de 90 dias.

[7] Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Comercializadora	6.043	6.043	6.452	6.452
RTE	2.665	2.665	2.665	2.665
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.574	122.574	122.574	122.574
	131.282	**131.282**	**131.691**	**131.691**

d) Acordo com cliente em recuperação judicial

Em janeiro de 2013 iniciou-se o recebimento das parcelas relativas ao acordo firmado com determinada distribuidora participante do Sistema Interligado Nacional (SIN), em recuperação judicial, o qual previa o pagamento em 60 parcelas iguais e sem a incidência de juros sobre valores a receber pela Companhia e suas controladas. O valor remanescente na controladora e no consolidado é de R$ 3.106 e R$ 5.650, respectivamente.

5. – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Circulante				
PIS [8] e Cofins [9]	-	-	44.927	54.799
Imposto de renda e contribuição social	-	-	14.045	9.451
ICMS [10]	-	-	197	194
INSS [11]	711	305	711	305
	711	**305**	**59.880**	**64.749**
Não circulante				
PIS e Cofins	2.560	1.131	97.367	106.831
Imposto de renda e contribuição social	-	-	4.928	5.766
ICMS	12.995	12.683	15.881	15.581
INSS	-	-	6	7
	15.555	**13.814**	**118.182**	**128.185**

Os saldos de PIS e Cofins a compensar referem-se a créditos decorrentes de aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação de empreendimentos de geração de energia.

[8] Programa de Integração Social
[9] Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
[10] Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte
[11] Instituto Nacional do Seguro Social

6. – DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Circulante				
Conta reserva - Transações na CCEE	**19.144**	**-**	**27.154**	**1.309**
Não circulante				
Conta reserva - serviços da dívida	**-**	**-**	**105.840**	**103.310**

A constituição da "Conta reserva para transações na CCEE" leva em consideração a exposição, da Companhia e de suas controladas, em transações no âmbito da CCEE. Esta exposição é utilizada como base para a definição do montante da reserva financeira utilizada para garantir tais transações.

A "Conta reserva dos serviços da dívida" visa garantir os serviços da dívida com os bancos financiadores.

Os referidos depósitos estão aplicados em fundos de investimentos ou em CDB.

7. – VALORES A RECEBER PELA ALIENAÇÃO DE ATIVO

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. O saldo de R$ 86.886, apresentado no balanço patrimonial, na controladora e no consolidado, em 30.06.2013 e 31.12.2012, corresponde ao valor presente das parcelas a receber em julho de 2009, mês em que a Companhia iniciou um processo de execução judicial do contrato, em razão da Eleja ter suspendido os pagamentos das parcelas mensais devidas. A Companhia, a partir dessa data, de forma prudente, decidiu deixar de reconhecer os juros e a variação monetária sobre as parcelas pendentes de recebimento.

A ação de execução movida contra a Eleja garantiu à Companhia o arresto dos bens do empreendimento Jacuí, concedidos em garantia do crédito. O arresto já foi convertido em penhora e os bens em garantia foram submetidos à avaliação por perito judicial para posterior alienação. O valor da avaliação dos bens penhorados, em novembro de 2011, foi de R$ 116.492.

A existência de outros credores poderá acarretar na divisão dos ativos existentes da Eleja visando saldar os direitos dos mesmos. A Companhia acredita que eventuais direitos de outros credores não comprometerão a recuperação dos valores a receber registrados pela Companhia.

A Companhia ainda aguarda o deferimento, pelo Juiz, do pedido da transferência de propriedade dos bens penhorados e já avaliados para que possa definir quais serão alienados e quais permanecerão com a empresa.

Em julho de 2012, a Eleja ingressou com um pedido de anulação dos atos praticados até aquele momento. A Companhia tomou conhecimento deste pedido e, no mesmo mês, solicitou a impugnação de tal pedido.

O valor nominal, em 30.06.2013, das parcelas contratuais não quitadas, atualizado pelo índice contratual, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) totaliza R$ 128.913 (R$ 126.576 em 31.12.2012). O montante total da dívida, incluindo multas e encargos contratuais, supera o valor da avaliação pericial, levando a Companhia, em março de 2012, a solicitar um reforço de penhora, o qual ainda aguarda decisão judicial.

A Companhia, de forma prudente, não pretende reconhecer o ajuste desse "Contas a receber" ao valor de mercado dos ativos, anteriormente mencionado, até que se tenha o desfecho do trâmite judicial da ação.

8. – DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Fiscais	93.609	90.488	94.091	90.952
Cíveis	16.673	14.490	17.731	15.506
Trabalhistas	3.956	3.638	4.280	3.953
	114.238	**108.616**	**116.102**	**110.411**

Os valores depositados estão vinculados a processos que tramitam nas esferas judiciais e administrativas. Do montante registrado em 30.06.2013, R$ 42.844 (R$ 39.368 em 31.12.2012) estão diretamente relacionados às provisões de risco provável.

Em julho de 2012, a Companhia recebeu o deferimento do pedido de levantamento dos depósitos judiciais, relativos ao processo de PIS e Cofins sobre contratos de venda de energia com preço predeterminado, no âmbito da Instrução Normativa 658/06 da Receita Federal do Brasil. Entretanto, em agosto de 2012, a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para possibilitar o exame da situação dos contratos vinculados à decisão judicial. O montante desses depósitos, em 30.06.2013, é de R$ 47.144, na controladora e no consolidado (R$ 45.571 em 31.12.2012).

9. – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora	
	30.06.2013	31.12.2012
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	2.752.788	2.649.730
"Ágio" (Direito de concessão)	112.068	114.262
	2.864.856	**2.763.992**

b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

b.1) Movimentação dos investimentos

	Itasa[12]	CEE[13]	CESS[14]	Lages[15]	TBLC[16]	TBLP[17]	Outros	Total
Saldos em 31.12.2012	**329.803**	**983.367**	**376.380**	**59.198**	**168.562**	**732.419**	**1**	**2.649.730**
Aumento de capital	-	-	-	-	-	19.918	-	19.918
Equivalência patrimonial	4.267	7.875	2.113	9.634	58.305	15.134	-	97.328
Dividendos	(14.188)	-	-	-	-	-	-	(14.188)
Saldos em 30.06.2013	**319.882**	**991.242**	**378.493**	**68.832**	**226.867**	**767.471**	**1**	**2.752.788**

Informações adicionais

	Itasa	CEE	CESS	Lages	TBLC	TBLP
Participação (%)	**48,75%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**
31.12.2012						
Ativo total	769.992	2.691.577	1.341.435	69.884	382.324	1.241.041
Patrimônio líquido	676.523	983.367	376.380	59.198	168.562	735.082
30.06.2013						
Ativo total	690.741	2.738.234	1.332.836	79.660	436.405	1.296.196
Patrimônio líquido	656.171	991.242	378.493	68.832	226.867	770.448
2º trimestre de 2013						
Receita líquida	41.294	87.783	52.054	10.540	520.917	27.435
Lucro líquido	11.637	8.108	3.021	1.664	15.224	6.531
30.06.2013						
Receita líquida	70.008	170.953	105.136	27.050	1.047.920	56.090
Lucro líquido	8.753	7.875	2.113	9.634	58.305	15.448

[12] Itá Energética S.A., empresa controlada em conjunto.
[13] Companhia Energética Estreito
[14] Companhia Energética São Salvador
[15] Lages Bioenergética Ltda.
[16] Tractebel Energia Comercializadora Ltda.
[17] Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.

Projeto Trairi

A Companhia prossegue com a construção dos parques eólicos do Projeto Trairi, no Estado do Ceará. As obras estão em estado avançado e a previsão de conclusão continua sendo o segundo semestre de 2013. A energia a ser gerada pelas eólicas tem sido vendida no Ambiente de Comercialização Livre (ACL), em contratos de médio e longo prazo, através da controlada TBLC.

Aquisição de novos projetos eólicos

- Projeto Campo Largo

Em junho de 2013, a TBLP, controlada integral da Companhia, concluiu o processo de aquisição da CLWP Brasil Ltda. pelo montante de R$ 21.610, após o cumprimento de determinadas condições previstas em contrato firmado em janeiro de 2013, dos quais R$ 12.135 referem-se a parcelas vincendas atualizadas monetariamente pela variação do IPCA além de juros de 1,5% a.a.

O montante total da aquisição corresponde, substancialmente, ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos.

A CLWP é detentora de 7 SPE, cada qual responsável pelo desenvolvimento de um projeto de geração eólica, nos municípios de Umburanas e Sento Sé, a 420 km de Salvador, com potência instalada conjunta de 206 MW e capacidade comercial de 105 MW médios.

Os controladores anteriores da CLWP também estão desenvolvendo outros projetos eólicos, de mais 150 MW de capacidade instalada, na mesma região, sobre os quais a Companhia tem preferência de compra, no valor de R$ 16.500, condicionada à obtenção de licenciamento ambiental, já em fase adiantada de aprovação.

- Projeto Flecheiras

Em fevereiro de 2013, a Companhia adquiriu o projeto eólico Flecheiras, localizado próximo aos parques eólicos do Projeto Trairi, no Ceará, pelo valor de R$ 850, dos quais R$ 765 já foram quitados. A capacidade instalada e comercial prevista para o projeto é de 18,9 MW e 8,9 MW médios, respectivamente.

O referido investimento foi registrado em fevereiro de 2013, momento em que ocorreu a transferência das quotas e dos riscos e benefícios envolvidos.

b.2) "Ágio" (Direito de concessão) - Controladora

Movimentação

	CEE	CESS	Total
Saldos em 31.12.2012	**83.426**	**30.836**	**114.262**
Amortização	(1.562)	(632)	(2.194)
Saldos em 30.06.2013	**81.864**	**30.204**	**112.068**

Os valores relativos aos "Ágios" (Direito de concessão) pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente das projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público na geração de energia elétrica.

O ativo está sendo amortizado no prazo do contrato de concessão em função da sua vida útil definida, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo da concessão.

10. – IMOBILIZADO

a) Composição

		Controladora			
		30.06.2013			31.12.2012
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,73	4.417.609	(2.315.384)	2.102.225	2.159.451
Edificações e benfeitorias	2,98	1.282.984	(754.774)	528.210	543.628
Máquinas e equipamentos	4,12	5.573.555	(3.656.256)	1.917.299	2.001.942
Móveis e utensílios	6,25	8.562	(3.926)	4.636	4.737
Veículos	14,29	1.781	(1.384)	397	424
Obrigações especiais		(13.181)	-	(13.181)	(13.275)
		11.271.310	**(6.731.724)**	**4.539.586**	**4.696.907**
Em curso					
Edificações e benfeitorias		21.107	-	21.107	16.501
Máquinas e equipamentos		71.273	-	71.273	20.452
Adiantamento a fornecedores		72.746	-	72.746	7.242
Aquisições a ratear		3.025	-	3.025	1.141
		168.151	**-**	**168.151**	**45.336**
		11.439.461	**(6.731.724)**	**4.707.737**	**4.742.243**

		Consolidado			
		30.06.2013			31.12.2012
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,04	7.090.392	(2.575.802)	4.514.590	4.358.878
Edificações e benfeitorias	3,22	1.764.061	(834.923)	929.138	939.975
Máquinas e equipamentos	4,11	7.865.162	(4.007.258)	3.857.904	3.692.815
Móveis e utensílios	6,25	9.661	(4.348)	5.313	5.348
Veículos	14,29	2.140	(1.706)	434	472
Obrigações especiais		(13.306)	-	(13.306)	(13.400)
		16.718.110	**(7.424.037)**	**9.294.073**	**8.984.088**
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		944	-	944	13.517
Edificações e benfeitorias		50.203	-	50.203	43.852
Máquinas e equipamentos		139.335	-	139.335	123.189
Adiantamento a fornecedores		227.096	-	227.096	132.630
Aquisições a ratear		24.432	-	24.432	385.809
		442.010	**-**	**442.010**	**698.997**
		17.160.120	**(7.424.037)**	**9.736.083**	**9.683.085**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora						
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldos em 31.12.2012	**2.159.451**	**543.628**	**2.001.942**	**5.161**	**45.336**	**(13.275)**	**4.742.243**
Ingressos	-	-	-	-	128.296	94	128.390
Incorporação Maesa	7.119	1.537	7.728	2	115	-	16.501
Transferências	(5.837)	560	10.345	528	(5.596)	-	-
Baixas	-	-	(348)	(3)	-	-	(351)
Depreciação	(58.508)	(17.515)	(102.368)	(655)	-	-	(179.046)
Saldos em 30.06.2013	**2.102.225**	**528.210**	**1.917.299**	**5.033**	**168.151**	**(13.181)**	**4.707.737**

	Consolidado						
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldos em 31.12.2012	**4.358.878**	**939.975**	**3.692.815**	**5.820**	**698.997**	**(13.400)**	**9.683.085**
Ingressos	-	-	-	-	313.773	94	313.867
Incorporação Maesa	7.119	1.537	7.728	2	115	-	16.501
Transferências	253.158	14.020	303.073	624	(570.875)	-	-
Baixas	-	-	(423)	(3)	-	-	(426)
Depreciação	(104.565)	(26.394)	(145.289)	(696)	-	-	(276.944)
Saldos em 30.06.2013	**4.514.590**	**929.138**	**3.857.904**	**5.747**	**442.010**	**(13.306)**	**9.736.083**

Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão e autorização dos empreendimentos hidrelétricos, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original.

Dessa forma, a partir de 01.01.2007, passou a depreciar esses ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, as quais representam as vidas úteis estimadas dos bens, limitadas ao prazo de concessão, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação das concessões e autorizações.

Ainda segundo a referida legislação, os investimentos adicionais realizados para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido serão indenizados pelo poder concedente ao final do prazo das concessões e autorizações. Desta forma, esses ativos estão sendo depreciados de acordo com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

c) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento às orientações previstas no CPC 27 (Ativo imobilizado) e no ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28 - Propriedades para investimento), em 01.01.2009, data da primeira adoção das normas internacionais e CPC, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia cujos valores contábeis se apresentavam substancialmente diferentes dos seus valores justos.

O ajuste a valor justo do imobilizado, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos, teve como contrapartida a conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A depreciação sobre o referido ajuste não resultará em efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos.

Os saldos do imobilizado, em 30.06.2013 e 31.12.2012, contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação, nos montantes de R$ 840.943 e R$ 882.769, respectivamente. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo no trimestre e semestre findo em 30.06.2013 foi de R$ 21.012 e R$ 41.826, respectivamente.

d) Registro da concessão onerosa contratada ou adquirida em uma combinação de negócios

A Companhia, para fins de elaboração das informações consolidadas, considerou como referência para o registro das concessões onerosas e autorizações concedidas pela União Federal para o uso do bem público para a geração de energia, contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios, o Guia de Aplicação do IFRS 3 - Combinação de negócios, que permite o reconhecimento do valor justo da concessão e do ativo imobilizado como único ativo nas demonstrações contábeis, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Com base nesse pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios como um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição. Esse procedimento vinha sendo adotado pela Companhia antes da obrigatoriedade da adoção dos IFRS e CPC, em 01.01.2009, e foi mantido para as transações ocorridas posteriormente a esta data, de modo que fosse conservada a consistência dos procedimentos.

O saldo dessas concessões e autorizações de uso do bem público para a geração de energia, no ativo imobilizado, em 30.06.2013 e 31.12.2012, é de R$ 539.070 e R$ 551.534, respectivamente, na controladora, e de R$ 1.168.572 e R$ 1.194.967, respectivamente, no consolidado.

e) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos e às concessões a pagar são reconhecidos no ativo imobilizado em curso durante o período de construção das usinas. Os encargos capitalizados no ativo imobilizado consolidado, no trimestre e semestre findos em 30.06.2013 foram de R$ 3.935 e R$ 11.930, respectivamente.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

11. – INTANGÍVEL

a) Composição

		Controladora			
		30.06.2013			31.12.2012
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2034	30.427	(20.727)	**9.700**	**10.246**
Outros	-	-	-	**-**	**719**
		30.427	**(20.727)**	**9.700**	**10.965**

		Consolidado			
		30.06.2013			31.12.2012
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2037	39.821	(22.134)	**17.687**	**16.996**
Direito de compra de energia	2013 a 2023	64.561	(3.008)	**61.553**	**64.561**
Licença de operação	2013 a 2014	22.243	(11.489)	**10.754**	**14.556**
Direitos do Projeto Campo Largo	-	21.671	-	**21.671**	**-**
Direitos do Projeto Trairi	2013 a 2041	12.668	-	**12.668**	**12.668**
Outros	-	-	-	**-**	**719**
		160.964	**(36.631)**	**124.333**	**109.500**

Direitos do Projeto Campo Largo

No segundo trimestre de 2013 a Companhia registrou os direitos sobre o projeto de geração de energia eólica Campo Largo adquiridos em uma combinação de negócios. Os direitos do projeto correspondem ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos. A amortização desses direitos será iniciada assim que os projetos eólicos entrarem em operação comercial e será limitada ao prazo de autorização das respectivas usinas. Outros detalhes sobre a aquisição estão descritos na Nota 9 – Investimentos.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2012	**10.965**	**109.500**
Ingresso	1.044	24.065
Amortização	(2.309)	(9.232)
Saldos em 30.06.2013	**9.700**	**124.333**

12. – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Circulante				
Encargos de uso da rede elétrica	32.747	36.423	40.381	44.413
Energia elétrica comprada	8.845	17.277	78.695	62.984
Transações no âmbito da CCEE	27.423	29.678	40.000	32.974
Materiais e serviços	20.167	29.768	30.056	39.166
Combustíveis fósseis e biomassa	494	9.579	2.071	9.579
Fornecedores de imobilizado e intangível	3.484	4.821	22.383	30.212
	93.160	**127.546**	**213.586**	**219.328**

Em 30.06.2013, a Companhia não possui valores vencidos com seus fornecedores de bens, direitos e serviços relacionados com a sua atividade operacional.

13. – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Federais				
Imposto de renda e contribuição social	260.152	409.824	266.448	436.981
PIS e Cofins	21.428	18.648	23.773	22.661
INSS	3.716	3.597	4.295	4.277
Outros	1.025	1.431	1.039	1.471
	286.321	**433.500**	**295.555**	**465.390**
(-) Tributos federais a compensar	(6.337)	(75.541)	(8.176)	(76.431)
	279.984	**357.959**	**287.379**	**388.959**
Estaduais				
ICMS a pagar	5.188	6.110	28.312	27.457
(-) ICMS a compensar	(2.899)	(1.717)	(2.916)	(1.724)
	2.289	**4.393**	**25.396**	**25.733**
Municipais				
ISSQN [18]	649	623	1.346	1.384
	282.922	**362.975**	**314.121**	**416.076**

As obrigações fiscais correntes são apresentadas de forma líquida dos ativos quando os referidos tributos corresponderem às mesmas entidades tributárias e houver a intenção da administração da Companhia em liquidá-los pelo valor líquido.

Do saldo de tributos federais a compensar apresentado em 31.12.2012, R$ 69.528, na controladora e no consolidado, correspondiam a crédito de PIS e Cofins reconhecido por decisão judicial transitada em julgado favorável à Companhia relativa à aplicação da Instrução Normativa 468/2004. Em dezembro de 2012, a Companhia obteve despacho favorável da Receita Federal do Brasil quanto aos pedidos de habilitação de crédito, os quais foram compensados em janeiro de 2013.

[18] Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

14. – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	30.06.2013			31.12.2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	286.667	143.333	430.000	143.333	286.667	430.000
Nordic Investment Bank (NIB)	-	145.724	145.724	-	-	-
Bancos (Repasse BNDES)	-	11.510	11.510	-	-	-
Encargos	6.659	-	6.659	5.372	-	5.372
	293.326	**300.567**	**593.893**	**148.705**	**286.667**	**435.372**
Moeda estrangeira						
STN [19]	9.483	94.129	103.612	8.876	93.692	102.568
BNP Paribas (*Floating Rate Note)*	-	114.501	114.501	-	107.613	107.613
Encargos	8.580	-	8.580	5.425	-	5.425
	18.063	**208.630**	**226.693**	**14.301**	**201.305**	**215.606**
	311.389	**509.197**	**820.586**	**163.006**	**487.972**	**650.978**

	Consolidado					
	30.06.2013			31.12.2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	286.667	143.333	430.000	143.333	286.667	430.000
NIB	-	145.724	145.724	-	-	-
BNDES	106.463	1.427.687	1.534.150	103.047	1.459.830	1.562.877
Bancos (Repasse BNDES)	69.258	862.044	931.302	79.165	885.907	965.072
Banco do Brasil	3.966	13.220	17.186	3.966	15.203	19.169
Encargos	12.876	-	12.876	13.231	-	13.231
	479.230	**2.592.008**	**3.071.238**	**342.742**	**2.647.607**	**2.990.349**
Moeda estrangeira						
STN	9.483	94.129	103.612	8.876	93.692	102.568
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	114.501	114.501	-	107.613	107.613
Encargos	8.580	-	8.580	5.425	-	5.425
	18.063	**208.630**	**226.693**	**14.301**	**201.305**	**215.606**
	497.293	**2.800.638**	**3.297.931**	**357.043**	**2.848.912**	**3.205.955**

[19] Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas.

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2012	**163.006**	**487.972**	**650.978**	**357.043**	**2.848.912**	**3.205.955**
Ingressos	-	153.335	153.335	-	172.700	172.700
Juros no resultado	23.366	-	23.366	102.887	-	102.887
Juros capitalizados	-	-	-	-	11.701	11.701
Remuneração de garantia	-	(2.674)	(2.674)	-	(2.674)	(2.674)
Variações monetárias	-	3.899	3.899	-	3.899	3.899
Variações cambiais	1.233	14.179	15.412	1.233	14.179	15.412
Transferências	147.514	(147.514)	-	248.079	(248.079)	-
Amortização de principal	(4.329)	-	(4.329)	(108.202)	-	(108.202)
Pagamento de juros	(19.401)	-	(19.401)	(103.747)	-	(103.747)
Saldos em 30.06.2013	**311.389**	**509.197**	**820.586**	**497.293**	**2.800.638**	**3.297.931**

Contratação de empréstimo junto ao NIB

Em janeiro de 2013, a Companhia assinou contrato de empréstimo junto ao Nordic Investment Bank (NIB), no montante de R$ 142.702, correspondentes a US$ 70.000. O recebimento ocorreu no dia 22.01.2013, no valor de R$ 141.825, líquido dos custos de captação de R$ 877. O prazo de amortização é de 10 anos, a partir de outubro de 2015, e os encargos financeiros sobre o empréstimo são IPCA + 3,55% ao ano.

Pré-pagamento do financiamento da Itasa

Em fevereiro de 2013, a Itasa, empresa sobre a qual a Companhia mantém uma operação em conjunto, liquidou antecipadamente a totalidade de seu financiamento junto ao BNDES e aos bancos (Repasse BNDES). O montante pago pela Companhia, correspondente à parcela de sua responsabilidade, foi de R$ 18.206.

Contratação de financiamento junto ao Itaú BBA – FINAME PSI

A Companhia contratou financiamento junto ao Banco Itaú BBA S.A., agente repassador do BNDES, para captação de recursos do Programa de Sustentação do Investimento (FINAME PSI), no montante de R$ 14.387, dos quais R$ 11.510 foram liberados em junho de 2013. O vencimento do contrato ocorrerá em janeiro de 2023 e os encargos financeiros sobre o financiamento são de 2,5% ao ano, fixos. Os recursos serão destinados para a aquisição de equipamentos para a modernização da Usina Hidrelétrica Salto Santiago.

Liberação de recursos para a Central Eólica Trairí S.A.

Em junho de 2013, o BNDES liberou o montante de R$ 16.275, referente à terceira parcela do financiamento para a construção do parque eólico Trairi, para a Central Eólica Trairí S.A., controlada indireta da Companhia. Do montante total financiado para o Projeto Trairi, ainda encontram-se pendentes de liberação R$ 136.805.

Liberação de recursos para a UHE Estreito

O BNDES liberou, em junho de 2013, para a Companhia Energética Estreito (CEE), controlada da Companhia, o montante de R$ 3.090, referente ao subcrédito social para aplicação no Investimento Social Estreito (ISE). Ainda está pendente de liberação o valor de R$ 5.032.

c) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Julho a dezembro de 2014	143.333	-	143.333	234.293	-	234.293
2015	19.644	114.507	134.151	202.206	114.507	316.713
2016	19.764	-	19.764	203.262	-	203.262
2017	19.764	-	19.764	203.639	-	203.639
2018	19.764	-	19.764	199.714	-	199.714
2019 a 2023	78.298	-	78.298	952.766	-	952.766
2024 a 2028	-	94.123	94.123	521.440	94.123	615.563
2029	-	-	-	74.688	-	74.688
	300.567	**208.630**	**509.197**	**2.592.008**	**208.630**	**2.800.638**

d) Condições Contratadas

		Condições de pagamento		
Empresas / Bancos	**Juros**	**Vencimento**	**Principal e juros**	**Saldo em 30.06.2013**
Moeda nacional				
Controladora				
Bank of America Merrill Lynch	98% do CDI	07.2014	Principal: 07.2013, 01.2014 e 07.2014	435.675
NIB[g]	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Juros: trimestrais, a partir de 04.2013 Principal: trimestral, a partir de 10.2015	146.700
Bancos (Repasse BNDES)	2,5% a.a.	01.2023	Juros: trimestrais, a partir de 07.2013 e mensal a partir de 02.2015 Principal: mensal, a partir de 02.2015	11.518
Controladas				
CEE				
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. [a]	09.2029	Mensais	865.200
BNDES – Crédito Social [e]	TJLP	06.2018	Mensais	21.915
Bancos (Repasse BNDES) [b]	TJLP + 2,95% a.a. [a]	09.2029	Mensais	587.280
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. [a]	10.2023	Mensais	165.801
Bancos (Repasse BNDES) [b]	TJLP + 3,25% a.a. [a]	10.2023	Mensais	334.861
Hidropower (Banco do Brasil)	8,08% a.a. [c]	10.2017	Mensais	17.349
Areia Branca (BNDES)	TJLP + 2,5% a.a. [a]	06.2024	Mensais	52.128
Beberibe (BNDES)	TJLP + 3,5% a.a. [a]	12.2023	Mensais	88.354
Pedra do Sal (BNDES)	TJLP + 1,92% a.a. [a]	12.2023	Mensais	60.055
Ibitiúva				
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. [a]	01.2021	Mensais	27.181
BNDES (Subcrédito B) [d]	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	27.747
Projeto Trairi (BNDES)[h]	TJLP + 2,51% [a]	07.2029	Mensais, após 08.2013 [f]	229.474
Moeda estrangeira				
STN	*Libor* + 1,075% a.a.	04.2024	Semestrais	105.353
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	*Euribor* + 2,75%a.a.	11.2015	Anuais	121.340

[a] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

[b] Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Santander e Votorantim.

[c] Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

[d] Crédito destinado a financiar máquinas e equipamentos da Usina Ibitiúva.

[e] Crédito destinado a financiar exclusivamente projetos sociais e ambientais do empreendimento Estreito.

[f] Para os financiamentos dos projetos eólicos no Ceará. A amortização do pagamento de principal e o pagamento de juros iniciar-se-ão em agosto de 2013.

[g] Pagamento de principal inicia em outubro de 2015.

[h] Projeto Trairi compõe as seguintes empresas: Trairí, Mundaú, Guajiru e Fleixeiras I.

e) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia. Os *covenants* dos financiamentos dos parques eólicos do Projeto Trairi serão exigidos somente após a entrada em operação comercial de cada usina que compõe o projeto.

15. – DEBÊNTURES

a) Composição

	Controladora e Consolidado				
	30.06.2013		31.12.2012		
	Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
2ª Emissão – série única	163.518	163.518	156.825	158.548	315.373
Juros	1.361	1.361	13.217	-	13.217
	164.879	**164.879**	**170.042**	**158.548**	**328.590**

b) Mutação das debêntures

	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2012	**170.042**	**158.548**	**328.590**
Juros no resultado	10.731	22	10.753
Variações monetárias	5.307	5.040	10.347
Transferências	163.610	(163.610)	-
Amortização de principal	(162.275)	-	(162.275)
Pagamento de juros	(22.536)	-	(22.536)
Saldos em 30.06.2013	**164.879**	**-**	**164.879**

Pagamento da segunda parcela das debêntures da 2ª emissão

Em maio de 2013 foi realizado o pagamento da segunda parcela das debêntures no valor de R$ 184.811, sendo R$ 162.275 referentes à amortização de principal e R$ 22.536 relativos ao pagamento de juros.

c) Condições contratadas

			Condições de Pagamento		
	Quantidade	Remuneração	Juros/variação monetária	Principal	Garantia
2ª Emissão - série única	35.000	IPCA [20] + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 05.2012/13/14	Sem garantia

Os compromissos financeiros - *covenants* das debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia.

[20] Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

16. – CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Usina Hidrelétrica Cana Brava	540.608	508.629	540.608	508.629
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	485.100	459.258	485.100	459.258
Usina Hidrelétrica São Salvador	-	-	431.604	419.712
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	42.573	41.327
	1.025.708	**967.887**	**1.499.885**	**1.428.926**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	3.194	3.129	50.841	48.800
Passivo não circulante	1.022.514	964.758	1.449.044	1.380.126
	1.025.708	**967.887**	**1.499.885**	**1.428.926**

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal para a Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas seguintes usinas hidrelétricas: Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação, quais sejam: Cana Brava, São Salvador e Estreito - 10% a.a. e Ponte de Pedra - 8,28% a.a.

Durante a construção das usinas a atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária é capitalizada no ativo imobilizado e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2012	**3.129**	**964.758**	**967.887**	**48.800**	**1.380.126**	**1.428.926**
Juros capitalizados	-	-	-	-	229	229
Juros no resultado	-	43.524	43.524	-	65.751	65.751
Variações monetárias	-	15.732	15.732	-	30.253	30.253
Transferências	1.500	(1.500)	-	27.315	(27.315)	-
Amortizações	(1.435)	-	(1.435)	(25.274)	-	(25.274)
Saldos em 30.06.2013	**3.194**	**1.022.514**	**1.025.708**	**50.841**	**1.449.044**	**1.499.885**

b) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
Julho a dezembro de 2014	1.328	23.691
2015	2.479	44.132
2016	2.261	40.118
2017	2.062	36.478
2018	1.881	33.168
2019 a 2023	221.532	340.108
2024 a 2028	482.177	555.779
2029 a 2033	295.186	340.871
2034 a 2037	13.608	34.699
	1.022.514	**1.449.044**

17. – PROVISÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As ações e reclamações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas que, na avaliação dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro estão provisionadas por valores julgados suficientes para a liquidação dos respectivos passivos.

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
Riscos prováveis:	**30.06.2013**	**31.12.2012**	**30.06.2013**	**31.12.2012**
Fiscais				
INSS	16.509	16.195	16.509	16.195
Outros	4.770	4.767	6.534	6.533
	21.279	**20.962**	**23.043**	**22.728**
Cíveis				
Tarifa de uso do sistema de transmissão	73.751	65.085	73.751	65.085
Contratos com fornecedores	26.580	25.549	26.580	25.549
Benefícios de aposentadoria	11.578	10.894	11.578	10.894
Ambientais	8.370	7.873	8.370	7.873
Doença ocupacional e acidente do trabalho	4.826	4.785	4.826	4.785
Desapropriações	10.531	15.298	10.531	15.298
Ações diversas	7.359	7.203	11.307	11.275
	142.995	**136.687**	**146.943**	**140.759**
Trabalhistas	**9.228**	**9.794**	**9.529**	**11.233**
Total	**173.502**	**167.443**	**179.515**	**174.720**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	24.147	28.439	24.878	29.170
Passivo não circulante	149.355	139.004	154.637	145.550
	173.502	**167.443**	**179.515**	**174.720**

Informações mais recentes sobre as provisões avaliadas como prováveis:

a.1) Riscos fiscais

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Refere-se, substancialmente, a uma Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) recebida pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na referida notificação para as mencionadas competências, e que somente poderia ser cobrado o adicional de contribuição para o empregado que tivesse direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência.

A Companhia aguarda o julgamento do recurso que interpôs nesse processo. O montante provisionado em 30.06.2013 é de R$ 14.439 (R$ 14.151 em 31.12.2012).

a.2) Riscos cíveis

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A ação visa ajustar a TUST paga pela UHE Ponte de Pedra ao montante equivalente ao cobrado de outra usina com características semelhantes. A Companhia provisiona a diferença entre o valor cobrado e contrata carta de fiança em garantia do valor controverso. No presente trimestre, não houve qualquer alteração no andamento da ação, apenas a complementação da provisão pelo montante contestado.

Contratos com fornecedores

- Companhia de Interconexão Energética (Cien)

Refere-se à ação ordinária de indenização ajuizada pela Cien requerendo o direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual.

Após longa tramitação, foi fixada a competência da Justiça Comum para julgar o processo. Em 19.11.2012, foi proferida sentença julgando improcedente o pedido da Cien. A Cien se opôs a essa sentença, via Embargos de Declaração, que não foram acolhidos, e interpôs Recurso de Apelação para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), já contrarrazoado pela Companhia. O montante relacionado a essa causa em 30.06.2013 é de R$ 22.853 (R$ 21.658 em 31.12.2012).

b) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação de seus consultores jurídicos e da Administração da Companhia não apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos a esses processos, abaixo mencionados, não são provisionados, sendo apenas mencionados em notas explicativas.

	Controladora					
	30.06.2013			31.12.2012		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	117.977	567.919	685.896	115.740	554.796	670.536
Cíveis	15.648	437	16.085	15.143	412	15.555
Trabalhistas	7.049	22.707	29.756	6.774	27.829	34.603
	140.674	**591.063**	**731.737**	**137.657**	**583.037**	**720.694**

	Consolidado					
	30.06.2013			31.12.2012		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	166.867	573.079	739.946	163.999	557.582	721.581
Cíveis	39.901	462	40.363	38.696	1.456	40.152
Trabalhistas	8.386	25.431	33.817	6.824	30.200	37.024
	215.154	**598.972**	**814.126**	**209.519**	**589.238**	**798.757**

b.1) Riscos fiscais possíveis

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco possível são os seguintes:

Denúncia espontânea

O Código Tributário Nacional (CTN) contém dispositivo que permite o recolhimento de tributos em atraso sem a aplicação de multa de mora, através de "denúncia espontânea", desde que efetuado antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização. Ocorre que a Receita Federal do Brasil (RFB) não vem aceitando recolhimentos fora do prazo sem a correspondente multa de mora.

Para garantir seu direito nesta situação, a Companhia apresenta impugnações administrativas e, quando necessário, judiciais. Em 18.05.2012, a RFB cientificou a Companhia de Acórdão proferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conferindo decisão favorável à Companhia, por unanimidade de votos.

A discussão envolvia o valor de R$ 495. Apesar do valor não ser muito expressivo, a decisão é importante como novo precedente administrativo, o que poderá dispensar a busca do judiciário para garantia do direito legal da Companhia nos novos processos.

O montante das notificações atualizadas em 30.06.2013 é de R$ 56.576 (R$ 55.502 em 31.12.2012).

Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia e sua controlada TBLC foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao fato gerador. Pelo entendimento do fisco, essa prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia consumida pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual ele está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), entidade responsável pelos ajustes dessa medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, sendo que o faturamento da energia elétrica consumida pelos clientes depende dessa medição.

Em relação aos dois processos atribuídos à controlada TBLC, foram apresentados recursos ao Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo, que reduziu o montante e a multa em um dos processos e manteve os valores originalmente atribuídos ao outro.

Após estas decisões, a TBLC ingressou com Recurso Especial nos dois processos, requerendo a retificação das decisões. Para um deles foi negado provimento ao pedido, bem como indeferido o Recurso, e para o outro ainda se espera o julgamento na esfera administrativa. Em relação ao processo cujo recurso na esfera administrativa não foi admitido, a TBLC aguardava o processo de execução por parte da Secretaria da Fazenda para apresentar embargos à execução na esfera judicial.

Contudo, antes mesmo da execução esperada, a Fazenda Estadual encaminhou o processo à Delegacia de Crimes contra a Fazenda para abertura de Inquérito Policial. Intimada, a TBLC prestou os necessários esclarecimentos, em 26.06.2013, e está instruindo ação cautelar, com oferecimento de garantias ao juízo, visando a obtenção de Certidão Negativa de Débito (CND) e a suspensão do Inquérito Policial.

Existem, também, dois processos aplicados à Tractebel Energia, sendo que em ambos houve a redução do valor da multa, porém a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ingressou com recurso contra esta redução. Diante desta situação, a Companhia interpôs um pedido de retificação do julgado e recurso especial com o objetivo de obter decisão integral favorável ao cancelamento das inscrições descritas nos autos, os quais estão no aguardo de admissibilidade por parte do juízo.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a administração e seus consultores entendem que a totalidade dos lançamentos está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda.

Os referidos autos de infração estão sendo contestados pela Companhia juntamente com seus advogados. O montante atualizado desses autos em 30.06.2013 é de R$ 14.340 (R$ 13.995 em 31.12.2012), na controladora, e de R$ 59.789 (R$ 52.902 em 31.12.2012), no consolidado.

Ainda que eventualmente se mantenham parcialmente os autos de infração, a Administração da Companhia e seus advogados entendem que o passivo contingente seria inferior a 10% do lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor anteriormente informado.

Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

Em junho de 2008, a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis, relativamente à parte do auto de infração emitido pela RFB, em virtude da utilização de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação. Nesse auto, o fisco também exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN.

Os valores referentes à base negativa de CSLL são provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998 e utilizados em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária através da Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

No que respeita à quitação de tributos vencidos, sem a incidência de multa e com a utilização de créditos tributários antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

O processo encontra-se em tramitação no CARF, por parte da RFB, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação em 30.06.2013 é de R$ 30.152 (R$ 29.688 em 31.12.2012).

b.2) Riscos fiscais remotos

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco remoto são os que seguem:

Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)

Em 30.12.2010, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, sob a alegação de que a Companhia efetuou nos anos-calendários de 2005, 2006 e 2007, exclusões não autorizadas na apuração de imposto de renda e contribuição social, referentes a valores de RIC.

O Decreto-Lei nº 1.506/1976, de 23.12.1976, instituiu importante benefício fiscal ao setor elétrico brasileiro, isentando a RIC da incidência do imposto de renda.

Assim, sobre as imobilizações em curso realizadas com capital próprio ou empréstimos passaram a incidir juros de até 10% a.a., acrescidos ao ativo diferido vinculado às respectivas obras em andamento, cuja contrapartida era registrada no resultado do período e constituía receita isenta de imposto de renda.

Em 12.12.1985, o então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) expediu a Portaria nº 250/1985, alterando a contabilização até então adotada e a remuneração das imobilizações em curso (juros de até 10% a.a.), objeto de benefício da isenção do imposto de renda, por força do Decreto-lei nº 1.506/1976, até então registrada no resultado, passando a receber duas classificações contábeis distintas: a) a parcela referente às obras realizadas com capital próprio passou a ser lançada no patrimônio líquido e, portanto, sem efeito no resultado do período; e b) a parcela referente às obras realizadas com empréstimos passou a ser lançada a crédito do ativo diferido para posterior amortização no resultado, concomitantemente com os valores contratuais lançados a débito, também, do ativo diferido. Com esse procedimento a parcela da receita isenta decorrente de obras realizadas com empréstimos, que anteriormente era contabilizada no resultado no momento de sua apuração, passou a ser reconhecida no resultado, com exclusão para fins de apuração do lucro real, somente quando: i) o ativo em construção que lhe dera origem entrasse em operação ou (ii) ocorresse a baixa do respectivo bem.

Este novo procedimento contábil permaneceu até 31.12.1995, sendo alterado pela Portaria nº 526, de 22.11.1995, do DNAEE que, entre outras providências, determinou a transferência dos saldos existentes no ativo diferido, relativamente à remuneração das imobilizações em curso, para o imobilizado e extinguiu o cálculo e contabilização da RIC correspondente à parcela das obras realizadas com capital de terceiros, permanecendo apenas a remuneração sobre a parcela das obras realizada com capital próprio.

A isenção garantida pelo mencionado Decreto-Lei foi revogada pela Lei nº 9.718, de 27.11.1998, o que levou a Companhia a suspender seu cálculo e sua contabilização a partir de 01.01.1999.

Dessa forma, os valores de RIC que estão sendo glosados pela autoridade fiscal referem-se a receitas anteriormente diferidas, calculadas ao amparo do referido Decreto-Lei e, portanto, beneficiados pela isenção do imposto de renda, que estão sendo reconhecidas no resultado durante a operação das usinas que lhe deram origem.

Em 24.02.2012, a Companhia tomou ciência do Acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis, onde seus membros, depois da análise de mérito da questão, julgaram, por unanimidade, procedente a impugnação. No entanto, esta decisão só seria definitiva após sua confirmação pela instância administrativa superior, ou seja, o CARF, o que ocorreu em 11.06.2013, com decisão favorável à Companhia, mais uma vez por unanimidade de votos.

O montante atualizado em 30.06.2013 é de R$ 383.335 (R$ 374.090 em 31.12.2012) e será mantido até o encerramento do prazo regimental de recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais.

PIS e Cofins – Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (IN 658/2006)

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra as exigências previstas na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 468/2004 (IN 468/2004), revogada em 04.07.2006 pela IN 658/2006 para que as receitas decorrentes dos contratos assinados até 31.10.2003 fossem submetidas à tributação não cumulativa de PIS e Cofins a partir da primeira alteração de preço, descaracterizando assim, o conceito do "preço predeterminado", previsto no artigo 10 da Lei nº 10.833/2003.

Tal processo teve o seu trânsito em julgado no mês de junho de 2012, não havendo mais quaisquer discussões envolvendo as referidas Instruções Normativas (468/2004 e 658/2006).

Como não há mais discussão a respeito das referidas IN, após esta decisão, a Companhia, em junho de 2012, deixou de apresentar no quadro demonstrativo de contingências o valor de R$ 373.457, que vinha sendo demonstrado como de risco remoto.

Em relação ao montante depositado em juízo, referente aos depósitos judiciais efetivados de julho a outubro de 2006, foi publicado, em 12.07.2012, o deferimento do pedido de levantamento efetuado pela Companhia autorizando a expedição de alvará para liberação de tais depósitos, em razão do STJ ter concluído que a concessão da ordem pelo TRF, abranger também o período regido pela IN 658/2006.

Porém, em 10.08.2012 a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para levantamento dos referidos depósitos judiciais, para possibilitar o exame da situação dos contratos vinculados à decisão judicial. Intimada a se manifestar a Companhia requereu o indeferimento do pedido da União Federal, bem como o pagamento de multa, em razão de litigância de má fé.

A nova autorização para liberação dos alvarás relativos aos depósitos foi publicada em dezembro de 2012.

Contra a decisão que manteve esta ordem, a União Federal interpôs um recurso jurídico denominado "Agravo de Instrumento", no qual obteve liminar, sendo que a questão será examinada no julgamento do recurso após o pleno contraditório das contrarrazões. O montante do depósito atualizado em 30.06.2013 é de R$ 47.144 (R$ 45.571 em 31.12.2012).

A Companhia também protocolou, em 11.09.2012, o pedido de habilitação do crédito reconhecido por decisão judicial transitado em julgado relativo ao indébito dos valores recolhidos anteriormente a junho de 2005, cujo pedido foi deferido em 27.12.2012. O montante atualizado, no valor de R$ 69.528 (R$ 68.701 em 31.12.2012), foi utilizado em janeiro de 2013 para compensar parte do valor devido do imposto de renda do exercício de 2012.

Recuperação de PIS e Cofins

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718/98 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida Lei, logrando êxito na demanda, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o PIS, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

A principal receita computada no cálculo do valor a compensar diz respeito à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção da Conta de Consumo de Combustível (CCC)" ("Subvenção CCC").

Em 2009, a Receita Federal do Brasil intimou a Companhia a recolher o valor de R$ 135.982 referente ao período de abril de 2004 a janeiro de 2007, já incluídos os juros e multas, alegando que a "subvenção CCC" representa faturamento e, portanto, era devida a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período mencionado.

Na avaliação da administração e dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da Receita Federal do Brasil não procedem e podem ser facilmente contestados, porquanto o conceito atribuído à sistemática da "Subvenção da CCC", para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica não era compatível com a natureza jurídica de receita. Dessa forma, a Companhia efetuou a manifestação de inconformidade com a intimação na esfera administrativa e, se necessário, efetuará na esfera judicial. Mesmo que a "Subvenção CCC" tivesse a natureza de receita, que não tem, não representaria "faturamento" que era a única receita passível de tributação pelo PIS e pela Cofins.

De fato, até 2005 o combustível adquirido com recursos da "Subvenção CCC" e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) era contabilizado por ocasião de seu consumo nas usinas como "custo de operação" em contrapartida com uma receita de "Subvenção".

A Aneel alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica para modificar o conceito que vinha sendo utilizado inadequadamente e, a partir de 2006, o lançamento contábil passou a ser "custo de operação" em contrapartida de uma conta retificadora para neutralizar o resultado. Essa alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em face da síntese acima apresentada, é de entendimento da administração que o risco de perda no processo é remoto. O processo encontra-se aguardando o julgamento da Delegacia de Julgamento de Florianópolis. O montante atualizado na controladora em 30.06.2013 é de R$ 175.424 (R$ 173.118 em 31.12.2012).

18. – OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, concede aos seus empregados planos de benefícios de previdência complementar. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras empresas do grupo GDF SUEZ estabelecidas no Brasil. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de Contribuição Definida (CD) e de Benefício Definido (BD), este último fechado para novas adesões.

A Companhia patrocina ainda o plano BD da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), também fechado para novas adesões. Esse plano tem como participantes, principalmente, os aposentados que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, que não migraram para a PREVIG.

a) Plano de Benefício Definido (BD)

A composição das obrigações com benefícios de aposentadoria da Companhia é apresentada na tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado					
	30.06.2013			31.12.2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações contratadas						
Contrato de confissão de dívidas passadas	22.270	90.439	112.709	20.921	98.017	118.938
Déficit não contratado						
Contribuições correntes e Cobertura de custos	1.243	57	1.300	1.385	517	1.902
Déficit não contratado	3.386	126.495	129.881	10.062	116.359	126.421
Avaliação atuarial	**26.899**	**216.991**	**243.890**	**32.368**	**214.893**	**247.261**
Passivo atuarial registrado	**26.899**	**219.862**	**246.761**	**32.368**	**215.598**	**247.966**
Ativo atuarial registrado	**-**	**2.871**	**2.871**	**-**	**705**	**705**

Até 31.12.2012, a Companhia vinha adotando o método do "corredor" para o reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no seu resultado. De acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados - equivalente à norma internacional IAS 19 revisada - a partir de 01.01.2013 os ganhos ou perdas atuariais avaliados anualmente pelos atuários passaram a ser reconhecidos na rubrica "Outros resultados abrangentes", no Patrimônio Líquido, eliminando assim a abordagem do "corredor" que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. Além disso, a rentabilidade dos ativos dos planos passou a ser calculada com base na taxa de desconto utilizada para fins de avaliação do valor presente do passivo atuarial e apresentada de forma líquida na rubrica "Juros líquidos sobre o passivo atuarial líquido", no resultado financeiro.

Para efeitos comparativos, a norma revisada foi aplicada retrospectivamente a 01.01.2012. Os efeitos no balanço patrimonial de 31.12.2012 e no resultado do período findo em 30.06.2012, decorrentes da alteração dessa norma estão apresentados no quadro demonstrativo da Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis.

O passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está parcialmente coberto por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e, sobre as mesmas, incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
Julho a dezembro de 2014	10.263	948	11.211
2015	3.569	1.880	5.449
2016	3.784	1.993	5.777
2017	4.011	2.112	6.123
2018	4.252	2.239	6.491
2019 a 2023	25.405	10.301	35.706
2024 a 2028	15.815	173	15.988
2029 a 2032	3.694	-	3.694
	70.793	**19.646**	**90.439**

A movimentação das "Obrigações com benefícios de aposentadoria", por plano, está resumida a seguir:

	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total
Passivo (Ativo) registrado em 31.12.2012 (Ajustado)	**235.103**	**(705)**	**10.202**	**2.661**	**247.261**
Custo do serviço corrente	-	56	-	42	98
Juros líquidos sobre passivo/ ativo atuarial líquido	10.046	(512)	309	92	9.935
Contribuições	-	(79)	(775)	-	(854)
Pagamentos de obrigações contratadas	(10.735)	(1.631)	(184)	-	(12.550)
Passivo (Ativo) registrado em 30.06.2013	**234.414**	**(2.871)**	**9.552**	**2.795**	**243.890**

A despesa líquida a ser reconhecida no resultado de julho a dezembro de 2013, relativamente ao plano de benefícios definidos e à gratificação de confidencialidade, é composta como segue:

	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total
Custo do serviço corrente	-	56	-	42	98
Juros sobre o passivo, líquido dos ativos	10.046	(512)	309	92	9.935
Despesa líquida	**10.046**	**(456)**	**309**	**134**	**10.033**

Em função da atual conjuntura econômica brasileira, de aumento nas taxas de juros, a administração da Companhia entende que o incremento na taxa de desconto, que poderia ser considerado no cálculo de atualização do valor presente do passivo atuarial, e a variação no valor de mercado dos respectivos ativos não resultariam em efeitos significativos no saldo de "Benefícios pós-emprego" nem nos resultados de 2013 da Companhia.

a.1) Benefício de gratificação de confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração aos empregados da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

b) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a PREVIG administra o plano tipo contribuição definida, onde o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados, limitada a aproximadamente 7% da remuneração do empregado.

As despesas administrativas de responsabilidade da Companhia no primeiro semestre de 2013 foram de R$ 920 (R$ 1.168 no primeiro semestre de 2012).

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, conforme segue:

	Controladora				
	30.06.2013				31.12.2012
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	886.598	221.649	79.794	301.443	316.050
Ganho com operação de *Swap*	167.987	41.998	15.119	57.117	42.824
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	46.856	11.714	4.217	15.931	16.306
Subtotal		**302.225**	**108.801**	**411.026**	**411.715**
Ativo:					
RIC [21]	130.988	32.747	-	32.747	34.566
Obrigações com benefícios de aposentadoria	131.050	32.763	11.795	44.558	43.559
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.282	32.821	11.815	44.636	44.636
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	171.186	42.797	15.407	58.204	56.144
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	86.469	21.617	7.782	29.399	28.814
Ajuste a valor presente de valores a receber	14.410	3.603	1.297	4.900	4.939
Depreciação acelerada incentivada	7.146	1.787	643	2.430	2.923
Outros	17.094	4.272	1.539	5.811	12.461
Subtotal		**172.407**	**50.278**	**222.685**	**228.042**
Total líquido		**129.818**	**58.523**	**188.341**	**183.673**

[21] Remuneração das Imobilizações em Curso

Natureza dos créditos	Consolidado				
	30.06.2013				31.12.2012
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	886.598	221.649	79.794	301.443	316.050
Ganho com operação de *Swap*	167.987	41.998	15.119	57.117	42.824
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	46.856	11.714	4.217	15.931	16.306
Depreciação acelerada incentivada	97.035	24.259	8.733	32.992	37.166
Subtotal		**326.484**	**117.534**	**444.018**	**448.881**
Ativo:					
RIC	130.988	32.747	-	32.747	34.566
Obrigações com benefícios de aposentadoria	131.050	32.763	11.795	44.558	43.559
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	133.540	33.385	12.017	45.402	44.774
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	173.040	43.260	15.574	58.834	56.830
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	86.469	21.617	7.782	29.399	28.814
Prejuízo fiscal e base negativa de contrib. social	32.492	8.123	2.924	11.047	19.777
Ajuste a valor justo do ativo imobilizado	45.484	11.371	4.094	15.465	15.935
Ajuste a valor presente de valores a receber	14.750	3.688	1.328	5.016	5.080
Outros	29.891	7.472	2.691	10.163	17.108
Subtotal		**194.426**	**58.205**	**252.631**	**266.443**
Total líquido		**132.058**	**59.329**	**191.387**	**182.438**
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		**144.626**	**63.854**	**208.480**	**199.430**
Ativo		**(12.568)**	**(4.525)**	**(17.093)**	**(16.992)**
Total		**132.058**	**59.329**	**191.387**	**182.438**

A Companhia não constituiu imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre o "ágio" (diferença entre o valor pago e o patrimonial) nas aquisições das controladas CESS e CEE e seus valores patrimoniais, em razão das incertezas quanto à sua realização. Os referidos tributos diferidos sobre esse "ágio" seriam de R$ 41.312.

Apresentação dos tributos diferidos

A Companhia está apresentando os tributos diferidos passivos, líquidos dos ativos, quando esses corresponderem às mesmas entidades tributárias e houver o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido.

Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1)

Em função da aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados -, conforme descrito na Nota 18, o saldo das obrigações com benefícios de aposentadoria, em 31.12.2012, foi ajustado em R$ 59.714, gerando uma redução de R$ 20.303 no imposto de renda e contribuição social diferido ativo, na Controladora e no Consolidado.

O horizonte de realização do ativo e de exigibilidade do passivo foi estimado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Julho a dezembro de 2013	10.173	14.059	23.216	14.059
2014	12.622	22.513	14.537	22.513
2015	44.731	20.808	46.172	20.808
2016	18.951	38.821	20.141	38.821
2017	9.942	57.847	10.917	57.847
2018 a 2020	74.501	99.290	77.396	99.691
2021 a 2023	13.721	63.866	16.529	68.389
2024 em diante	38.044	93.822	43.723	121.890
	222.685	**411.026**	**252.631**	**444.018**

20. – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 30.06.2013 e 31.12.2012, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 30.06.2013, é de R$ 8,69 (R$ 8,36 por ação em 31.12.2012).

O quadro societário da Companhia em 30.06.2013 e 31.12.2012 é o seguinte:

Acionistas	% do Capital
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00
Outros acionistas	21,29
	100,00

Em 30.06.2013 e 31.12.2012, a quantidade de ações da Companhia em poder do acionista controlador GSELA era de 448.512.633. Nestas mesmas datas os administradores da Companhia possuíam 263.232 e 364.340 ações, respectivamente, enquanto que as ações em circulação somavam 203.966.327 e 203.865.219, respectivamente.

b) Pagamento de dividendos

Dividendos intercalares relativos ao segundo semestre de 2012

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 07.02.2013, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, relativos ao segundo semestre de 2012, no valor de R$ 576.430, correspondente a R$ 0,8830904134 por ação. O início do pagamento dos referidos dividendos ocorreu em 27.03.2013.

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia passou a reconhecer os ganhos ou perdas atuariais na rubrica "Outros resultados abrangentes", no Patrimônio Líquido, a partir de 01.01.2013, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados - equivalente à norma internacional IAS 19 revisada. Os efeitos da adoção, retrospectivamente à 01.01.2012, foram reconhecidos na rubrica "Outros resultados abrangentes", no montante líquido dos tributos diferidos de R$ 48.454.

d) Reserva de retenção de lucros

Em decorrência da alteração da metodologia de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, retrospectivamente à 01.01.2012, conforme mencionado na Nota 18 – Obrigações com benefícios de aposentadoria, somente para fins de apresentação, o impacto devedor no resultado do exercício de 2012, no valor de R$ 9.043, foi deduzido da reserva de lucros.

21. – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	Controladora			
	2º trimestre		Acumulado 6 meses	
	2013	2012	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica				
- Distribuidoras de energia elétrica	472.952	482.859	946.600	979.411
- Comercializadoras de energia elétrica	293.762	366.201	623.247	705.126
Fornecimento de energia elétrica (Consumidores livres)	53.122	51.191	104.114	98.585
Transações no mercado de energia de curto prazo	50.304	756	224.585	30.645
Outras receitas	14.942	10.277	28.494	18.389
	885.082	**911.284**	**1.927.040**	**1.832.156**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(75.839)	(77.414)	(159.524)	(152.157)
ICMS	(3.707)	(6.061)	(9.467)	(10.844)
ISS	(375)	(407)	(702)	(714)
Pesquisa e desenvolvimento	(7.974)	(7.457)	(16.784)	(14.806)
	(87.895)	**(91.339)**	**(186.477)**	**(178.521)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**797.187**	**819.945**	**1.740.563**	**1.653.635**

	Consolidado			
	2º trimestre		Acumulado 6 meses	
	2013	2012	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica				
- Distribuidoras de energia elétrica	746.368	743.828	1.514.859	1.505.816
- Comercializadoras de energia elétrica	66.972	86.305	141.915	165.988
Fornecimento de energia elétrica (Consumidores livres)	548.295	391.699	1.065.801	771.827
Transações no mercado de energia de curto prazo	57.078	112.145	233.822	176.017
Outras receitas	10.729	6.014	26.234	10.829
	1.429.442	**1.339.991**	**2.982.631**	**2.630.477**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(125.121)	(113.365)	(255.352)	(221.961)
ICMS	(21.055)	(22.699)	(43.015)	(41.800)
ISS	(375)	(407)	(702)	(714)
Pesquisa e desenvolvimento	(9.526)	(9.148)	(19.316)	(18.163)
	(156.077)	**(145.619)**	**(318.385)**	**(282.638)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**1.273.365**	**1.194.372**	**2.664.246**	**2.347.839**

Reclassificação entre rubricas na receita operacional bruta – consolidada

A Companhia, em atendimento à solicitação de determinados consumidores livres, transferiu alguns contratos anteriormente firmados com eles para empresas comercializadoras do mesmo grupo econômico. Além disso, a Companhia firmou novos contratos com outras comercializadoras que também repassam a energia adquirida exclusivamente para unidades industriais do mesmo grupo.

Visando uma melhor análise comparativa entre as informações, a Companhia passou a apresentar as vendas para comercializadoras que destinam a energia comprada exclusivamente para as suas unidades produtoras como vendas para consumidores livres "Fornecimento de energia elétrica", e não mais como para comercializadoras "Suprimento de energia elétrica".

Os saldos consolidados reclassificados entre as rubricas "suprimento de energia elétrica" e "fornecimento de energia elétrica" no segundo trimestre e no primeiro semestre de 2012 foram de R$ 53.950 e R$ 103.952, respectivamente.

22. – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Custos de produção de energia elétrica e dos serviços prestados:

	Controladora							
	2º trimestre				Acumulado 6 meses			
	Energia vendida		Serviços prestados		Energia vendida		Serviços prestados	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Pessoal	41.539	35.899	5.330	4.533	79.200	68.667	10.004	8.915
Serviço de terceiro	21.209	22.176	680	1.290	42.812	42.802	1.794	2.427
Material	6.108	6.911	249	214	11.987	12.300	448	407
Combustível para geração	1.328	11.554	-	-	25.165	14.472	-	-
Royalties [22]	21.831	12.374	-	-	41.706	32.257	-	-
Depreciação e amortização	88.567	91.080	-	-	177.148	181.002	-	-
Seguros	2.502	2.374	81	148	5.050	4.088	174	222
Taxa de fiscalização	2.591	2.791	-	-	5.182	5.583	-	-
Aluguéis	603	1.839	308	206	1.480	3.589	523	477
Outros	3.892	1.669	(4)	34	5.267	3.967	(88)	45
	190.170	**188.667**	**6.644**	**6.425**	**394.997**	**368.727**	**12.855**	**12.493**

	Consolidado							
	2º trimestre				Acumulado 6 meses			
	Energia vendida		Serviços prestados		Energia vendida		Serviços prestados	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Pessoal	43.122	36.847	5.330	4.533	81.320	70.315	10.004	8.915
Serviço de terceiro	29.164	31.995	680	1.290	57.207	59.814	1.794	2.427
Material	6.979	7.733	249	214	13.634	13.722	448	407
Combustível para geração	6.078	15.083	-	-	33.642	20.369	-	-
Royalties [23]	27.514	16.642	-	-	54.836	42.115	-	-
Depreciação e amortização	143.260	136.397	-	-	281.956	267.678	-	-
Seguros	3.647	2.957	81	148	7.146	5.189	174	222
Taxa de fiscalização	3.206	3.381	-	-	6.412	6.762	-	-
Aluguéis	845	2.443	308	206	2.223	4.673	523	477
Outros	4.152	2.035	(4)	34	5.737	12.778	(88)	45
	267.967	**255.513**	**6.644**	**6.425**	**544.113**	**503.415**	**12.855**	**12.493**

[22] Compensação pela utilização de recursos hídricos (Royalties)
[23] Compensação pela utilização de recursos hídricos (Royalties)

Despesas com vendas e gerais e administrativas:

	Controladora							
	2º trimestre				Acumulado 6 meses			
	Com vendas		Gerais e administrativas		Com vendas		Gerais e administrativas	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Pessoal	1.523	2.682	17.260	12.718	3.054	4.864	33.392	24.958
Administradores	-	-	4.494	4.017	-	-	8.874	7.960
Serviço de terceiro	115	399	11.081	9.453	262	861	19.521	18.658
Material	6	10	478	423	10	16	818	841
Depreciação e amortização	-	-	1.749	2.697	-	-	4.207	5.497
Aluguéis	46	61	788	748	111	115	2.144	1.497
Propaganda e publicidade	-	-	1.191	942	-	-	1.961	1.538
Indenizações	-	-	1.100	1.259	-	-	1.378	2.237
Contribuições e doações	-	-	147	1.758	-	-	2.108	2.759
Contribuição PREVIG	-	-	461	2.544	-	-	1.133	4.088
Contribuições setoriais	-	-	2.041	1.040	-	-	2.041	1.962
Outros	-	1	3.670	1.831	-	582	6.007	3.935
	1.690	**3.153**	**44.460**	**39.430**	**3.437**	**6.438**	**83.584**	**75.930**

	Consolidado							
	2º trimestre				Acumulado 6 meses			
	Com vendas		Gerais e administrativas		Com vendas		Gerais e administrativas	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Pessoal	1.523	2.682	17.561	13.222	3.054	4.864	34.027	26.092
Administradores	-	-	4.914	4.214	-	-	9.545	8.336
Serviço de terceiro	1.871	1.594	11.897	10.243	2.714	2.384	20.840	20.125
Material	6	10	483	424	10	16	824	845
Depreciação e amortização	-	-	1.755	2.704	-	-	4.220	5.511
Aluguéis	46	61	948	876	111	127	2.472	1.793
Propaganda e publicidade	-	-	1.191	942	-	-	1.961	1.538
Indenizações	-	-	1.113	1.259	-	-	1.443	2.237
Contribuições e doações	-	-	46	1.758	-	-	2.657	2.759
Contribuição PREVIG	-	-	461	2.544	-	-	1.133	4.088
Contribuições setoriais	-	285	3.005	1.166	-	563	3.005	2.190
Outros	1	78	3.803	1.900	1	659	5.921	4.068
	3.447	**4.710**	**47.177**	**41.252**	**5.890**	**8.613**	**88.048**	**79.582**

23. – (CONSTITUIÇÃO) REVERSÃO DE PROVISÕES OPERACIONAIS

	Controladora			
	2º trimestre		Acumulado 6 meses	
	2013	2012	2013	2012
Benefícios de aposentadoria	328	2.375	677	4.477
Cíveis	(1.590)	(2.643)	(3.561)	(9.160)
Trabalhistas	1.335	380	1.175	994
Outras	9	44	102	44
	82	**156**	**(1.607)**	**(3.645)**

	Consolidado			
	2º trimestre		Acumulado 6 meses	
	2013	2012	2013	2012
Benefícios de aposentadoria	328	2.375	677	4.477
Cíveis	(1.310)	(2.783)	(3.309)	(9.520)
Trabalhistas	1.335	158	1.175	772
Devedores duvidosos	-	-	(1.848)	(272)
Outras	(118)	33	(26)	(124)
	235	**(217)**	**(3.331)**	**(4.667)**

24. – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	2º trimestre		Acumulado 6 meses	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras e depósitos vinculados	8.643	8.563	21.135	18.914
Juros sobre valores a receber	1.562	4.467	3.391	6.146
Variação monetária sobre depósitos judiciais	2.172	2.067	4.271	4.449
Ganho de ação judicial	29.256	-	29.256	-
Outras receitas financeiras	1.348	896	2.756	1.026
	42.981	**15.993**	**60.809**	**30.535**
Despesas financeiras				
Juros				
Empréstimos e financiamentos	10.849	11.325	20.692	24.166
Debêntures	5.305	8.871	10.753	17.583
Concessões a pagar	22.169	19.055	43.524	37.330
Passivo atuarial líquido	4.968	4.016	9.935	8.032
Provisões	2.530	1.961	4.947	3.815
Variação Monetária				
Empréstimos e financiamentos	1.740	-	3.899	-
Debêntures	3.263	4.407	10.347	11.127
Concessões a pagar	5.207	20.957	15.732	23.050
Provisões	1.775	1.390	4.175	2.731
Variação Cambial				
Empréstimos e financiamentos	22.162	18.117	15.412	15.072
Outras despesas financeiras	4.237	6.073	8.411	9.582
	84.205	**96.172**	**147.827**	**152.488**
Despesas financeiras, líquidas	**41.224**	**80.179**	**87.018**	**121.953**

	Consolidado			
	2º trimestre		Acumulado 6 meses	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras e depósitos vinculados	16.193	15.797	34.678	33.999
Juros sobre valores a receber	1.920	5.288	4.346	7.742
Variação monetária sobre depósitos judiciais	2.194	2.071	4.337	4.457
Ganho de ação judicial	29.256	-	29.256	-
Outras receitas financeiras	1.395	912	2.856	1.173
	50.958	**24.068**	**75.473**	**47.371**
Despesas financeiras				
Juros				
Empréstimos e financiamentos	51.783	52.538	100.213	102.111
Debêntures	5.305	8.871	10.753	17.583
Concessões a pagar	33.470	29.618	65.751	58.037
Passivo atuarial líquido	4.968	4.016	9.935	8.032
Provisões	2.556	1.994	5.000	3.880
Variação Monetária				
Empréstimos e financiamentos	1.740	-	3.899	-
Debêntures	3.263	4.407	10.347	11.127
Concessões a pagar	10.758	24.886	30.253	32.392
Provisões	1.801	1.420	4.240	2.791
Variação Cambial				
Empréstimos e financiamentos	22.162	18.117	15.412	15.072
Outras despesas financeiras	4.978	6.734	9.988	12.082
	142.784	**152.601**	**265.791**	**263.107**
Despesas financeiras, líquidas	**91.826**	**128.533**	**190.318**	**215.736**

O ganho não recorrente de ação judicial, no montante de R$ 29.256, corresponde ao recebimento de juros e variação monetária sobre venda de energia recebida em atraso em anos anteriores, em função de decisão favorável à Companhia.

25. – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora							
	2º Trimestre				Acumulado 6 meses			
	2013		2012		2013		2012	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos tributos	**466.613**	**466.613**	**468.060**	**468.060**	**1.074.027**	**1.074.027**	**936.094**	**936.094**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(116.653)**	**(41.995)**	**(117.015)**	**(42.125)**	**(268.507)**	**(96.662)**	**(234.024)**	**(84.248)**
Diferenças permanentes:								
Equivalência patrimonial	10.018	3.606	21.137	7.609	24.332	8.760	32.986	11.875
Incentivos fiscais	3.370	-	5.651	-	8.464	-	8.911	-
Outras	(960)	(134)	(1.165)	(186)	(1.585)	(252)	(2.280)	(229)
	(104.225)	**(38.523)**	**(91.392)**	**(34.702)**	**(237.296)**	**(88.154)**	**(194.407)**	**(72.602)**
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	(106.442)	(39.648)	(56.112)	(22.328)	(233.382)	(87.400)	(165.744)	(62.937)
Diferido	2.217	1.125	(35.280)	(12.374)	(3.914)	(754)	(28.663)	(9.665)
	(104.225)	**(38.523)**	**(91.392)**	**(34.702)**	**(237.296)**	**(88.154)**	**(194.407)**	**(72.602)**
Alíquota efetiva	**22,3%**	**8,3%**	**19,5%**	**7,4%**	**22,1%**	**8,2%**	**20,8%**	**7,8%**

	Consolidado							
	2º Trimestre				Acumulado 6 meses			
	2013		2012		2013		2012	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos tributos	**483.092**	**483.092**	**510.258**	**510.258**	**1.113.981**	**1.113.981**	**1.001.341**	**1.001.341**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(120.773)**	**(43.478)**	**(127.565)**	**(45.923)**	**(278.495)**	**(100.258)**	**(250.335)**	**(90.121)**
Diferenças permanentes:								
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	1.704	522	1.821	527	5.340	1.713	2.820	830
Incentivos fiscais	3.370	-	5.651	-	8.464	-	8.911	-
Outras	(450)	27	(2.155)	(522)	(1.583)	(271)	(3.431)	(661)
	(116.149)	**(42.929)**	**(122.248)**	**(45.918)**	**(266.274)**	**(98.816)**	**(242.035)**	**(89.952)**
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	(114.944)	(42.821)	(83.003)	(32.117)	(259.213)	(96.929)	(206.075)	(77.660)
Diferido	(1.205)	(108)	(39.245)	(13.801)	(7.061)	(1.887)	(35.960)	(12.292)
	(116.149)	**(42.929)**	**(122.248)**	**(45.918)**	**(266.274)**	**(98.816)**	**(242.035)**	**(89.952)**
Alíquota efetiva	**24,0%**	**8,9%**	**24,0%**	**9,0%**	**23,9%**	**8,9%**	**24,2%**	**9,0%**

26. – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, mantém o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos:

a.1) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Estes riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõem estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Não houve, no primeiro semestre de 2013, qualquer mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na administração e mensuração desses riscos.

- Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08 e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade dos empréstimos, financiamentos, debêntures e concessões a pagar expostos a riscos da variação de taxas de juros, índices flutuantes e de variação de cotação de moedas estrangeiras.

O cenário-base provável para 30.06.2013 foi definido através das seguintes premissas disponíveis no mercado:

	Posição	Cenário	Sensibilidade		
	30.06.2013	Provável	Provável	Δ + 25%(*)	Δ + 50%(*)
Variação das taxas de juros e índices:	Variação em 12 meses				
- TJLP	5,00%	5,00%	-	1,25 p.p.	2,50 p.p.
- CDI	7,72%	9,25%	+1,53 p.p.	2,31 p.p.	4,63 p.p.
- IPCA	6,70%	5,65%	-1,05 p.p.	1,41 p.p.	2,83 p.p.
- IGP-M	6,31%	5,68%	-0,63 p.p.	1,42 p.p.	2,84 p.p.
Variação das moedas:	Cotação 30.06.2013				
- Dólar norte americano	2,22	2,20	-0,90%	2,75	3,30
- Euro	2,88	2,86	-0,69%	3,58	4,29

(*) Variações sobre o cenário provável.

A sensibilidade provável foi calculada com base na variação entre os índices efetivados nos últimos doze meses e os previstos no cenário provável. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável. Os efeitos adicionais a serem causados no resultado financeiro consolidado da Companhia, caso os cenários se materializem, são os seguintes:

	Saldo em	Sensibilidade		
Riscos:	**30.06.2013**	**Provável**	**Δ + 25%**	**Δ + 50%**
Taxas de juros e índices flutuantes:				
Empréstimos e financiamentos				
- TJLP	2.432.249	-	(27.390)	(56.737)
- CDI	435.675	(3.174)	(4.990)	(10.016)
- IPCA	146.700	1.746	(2.121)	(4.241)
		(1.428)	**(34.501)**	**(70.994)**
Debêntures				
- IPCA	164.879	**1.764**	**(2.143)**	**(4.282)**
Concessões a pagar				
- IGP-M	1.025.708	6.709	(15.147)	(30.295)
- IPCA	474.177	4.932	(6.649)	(13.298)
		11.641	**(21.796)**	**(43.593)**
Total		**11.977**	**(58.440)**	**(118.869)**
Moeda estrangeira:				
- Dólar norte americano	105.353	742	(26.338)	(52.677)
- Euro	121.340	854	(30.335)	(60.670)
Total		**1.596**	**(56.673)**	**(113.347)**

As variações das taxas flutuantes *Libor* e *Euribor*, em 30.06.2013, foram de 0,12 p.p. e 0,26 p.p., respectivamente, e os saldos dos empréstimos vinculados a estas taxas de juros na mesma data são de R$ 39.270 (líquido das garantias depositadas) e R$ 121.340, respectivamente. Eventuais variações dessas taxas não resultariam em impactos significativos no resultado financeiro da Companhia, motivo pelo qual os seus efeitos não foram apresentados na análise de sensibilidade anteriormente demonstrada.

a.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

a.3) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras e as vendas de energia.

Nas operações de aplicações no mercado financeiro, conforme anteriormente mencionado, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos federais, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras, que é revisada periodicamente pelo Comitê Financeiro, com base em critérios internos e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, a Companhia exige em garantia padrão a fiança bancária e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Análise de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

A Companhia é avalista em diversos contratos de suas controladas com o objetivo de assegurar financiamentos.

a.4) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados.

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

b) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros relevantes

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	31.12.2012	30.06.2013	31.12.2012
Ativos financeiros				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	544.067	733.110	978.898	1.166.144
Depósitos vinculados	19.144	-	132.994	104.619
Recebíveis e empréstimos				
Caixa e depósitos bancários à vista	2.436	3.207	6.431	13.832
Contas a receber de clientes	369.874	413.001	614.812	622.916
Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886	86.886	86.886
Créditos com controladas	29.276	37.026	-	-
	1.051.683	**1.273.230**	**1.820.021**	**1.994.397**
Passivos financeiros				
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	93.160	127.546	213.586	219.328
Empréstimos e financiamentos	820.586	650.978	3.297.931	3.205.955
Debêntures	164.879	328.590	164.879	328.590
Concessões a pagar	1.025.708	967.887	1.499.885	1.428.926
	2.104.333	**2.075.001**	**5.176.281**	**5.182.799**

As aplicações financeiras correspondem substancialmente aos recursos mantidos no fundo de investimento exclusivo. O valor justo deste instrumento está avaliado pelos preços cotados dos títulos públicos que compõem o fundo em mercado ativo (Nível I).

c) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente foram identificadas diferenças, entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado, nos empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, foram utilizados os fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	Controladora			
	30.06.2013		31.12.2012	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	593.893	549.018	435.372	435.269
- Em moeda estrangeira	226.693	207.462	215.606	244.638
Debêntures	164.879	168.363	328.590	340.460
Concessões a pagar	1.025.708	1.510.162	967.887	1.817.911
	2.011.173	**2.435.005**	**1.947.455**	**2.838.278**

	Consolidado			
	30.06.2013		31.12.2012	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	3.071.238	3.026.363	2.990.349	2.993.824
- Em moeda estrangeira	226.693	207.462	215.606	244.638
Debêntures	164.879	168.363	328.590	340.460
Concessões a pagar	1.499.885	2.150.974	1.428.926	2.550.529
	4.962.695	**5.553.162**	**4.963.471**	**6.129.451**

27. – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	ATIVO				PASSIVO			
	Contas a receber				Fornecedores			
	Energia	Serviços	Outras	Dividendos a receber	Energia	Materiais e serviços	Juros sobre o capital próprio	Outras
30.06.2013								
CEE	22.356	-	-	20.359	-	-	-	-
CESS	629	21	-	1.637	-	-	-	-
Lages	803	186	-	7.280	-	-	-	-
TBLC	98.716	38	-	-	-	-	-	-
Itasa	-	2.539	-	-	3.977	-	-	203
Ceste	-	1.408	-	-	-	-	-	-
GSELA	-	-	263	-	-	-	-	-
Outras	-	162	202	-	71	-	-	198
	122.504	**4.354**	**465**	**29.276**	**4.048**	**-**	**-**	**401**
31.12.2012	**130.199**	**3.793**	**464**	**37.026**	**4.260**	**101**	**189.783**	**193**

b) Valores reconhecidos em contas de resultado

	RESULTADO						
	Receita			Custo	Despesa		
	Suprimento de energia	Prestação de serviços de O&M	Prestação de serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	Receitas financeiras	Resultado de participações societárias
2º trimestre de 2013							
CEE	-	-	-	-	-	575	8.108
CESS	1.920	283	60	-	-	-	3.021
Lages	993	501	54	-	-	-	1.664
TBLC	236.880	-	108	-	-	-	15.224
Itasa	-	3.880	-	23.611	-	-	5.673
TBLP	-	-	-	-	-	-	6.382
Ceste	-	4.622	-	-	-	-	-
Controladas TBLP	-	-	260	-	-	-	-
Outras	-	-	75	-	294	-	-
	239.793	**9.286**	**557**	**23.611**	**294**	**575**	**40.072**
2º trimestre de 2012	**312.118**	**9.063**	**461**	**35.134**	**289**	**148**	**84.547**

	RESULTADO						
	Receita			Custo	Despesa		
	Suprimento de energia	Prestação de serviços de O&M	Prestação de serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	Receitas financeiras	Resultado de participações societárias
Acumulado 6 meses de 2013							
CEE	-	-	-	-	-	1.144	7.875
CESS	3.339	566	118	-	-	-	2.113
Lages	2.962	1.003	107	-	-	-	9.634
TBLC	509.650	-	214	-	-	-	58.305
Itasa	-	7.345	-	42.051	-	-	4.267
TBLP	-	-	-	-	-	-	15.134
Ceste	-	8.568	-	-	-	-	-
Controladas TBLP	-	-	519	-	-	-	-
Leme	-	-	-	-	511	-	-
Outras	-	-	282	-	91	-	-
	515.951	**17.482**	**1.240**	**42.051**	**602**	**1.144**	**97.328**
Acumulado 6 meses de 2012	**601.670**	**16.744**	**915**	**69.321**	**597**	**318**	**131.942**

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) contratos de compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos; e (iv) garantias concedidas a terceiros. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

c) Compromissos futuros

Os principais compromissos contratados com partes relacionadas, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos, são os seguintes:

c.1) Compra e venda de energia

Contrato	MW médios	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso Futuro Base 30.06.2013
Compra:					
TBLE - Itasa	167	2030	IGP-M	Janeiro	1.267.910
TBLE - Itasa	61	2030	Variação do dólar + Inflação dos EUA	Outubro	513.201
Venda:					
TBLE - TBLC	322	2015/2016	IPCA	Março	743.313
TBLE - TBLC	950	2013	IGP-M	Julho	417.380
TBLE - Lages	16	2017	IGP-M	Abril	54.369
TBLE - CESS	5	2037	IPCA	Janeiro	163.588
TBLC - CEE	15	2041	IPCA	Outubro	665.270
TBLC – Projeto Trairi	64	2032	IPCA	Dezembro	1.667.079

De acordo com a política comercial da Companhia, as vendas para consumidores livres são realizadas, principalmente, através da controlada TBLC que, para atender os seus compromissos contratuais, necessita comprar energia da Tractebel Energia e de outras empresas do Grupo.

c.2) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Compromisso futuro Base 30.06.2013
Itasa	16.10.2030	IGP-M	215.963
Ceste	01.05.2025	INPC (80%) e IPCA (20%)	202.142
CESS	15.10.2023	IGP-M	11.697
Lages	31.03.2015	Reajuste salarial	3.512

A Companhia tem a estratégia de concentrar na Tractebel Energia as atividades de operação e manutenção das usinas de suas controladas, sempre que as mesmas não tiverem esses serviços contratados de terceiros. Os preços praticados têm como base os custos do pessoal da Tractebel Energia envolvido diretamente no desempenho dessas atividades.

c.3) Serviços administrativos

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela Tractebel Energia. Os valores contratados são definidos com base no faturamento das controladas e reajustados anualmente pelo INPC. Esses contratos não possuem prazo de vencimento determinado. O valor anual contratado com suas controladas é de R$ 1.978.

d) Garantias

A Companhia é interveniente de contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos (Repasse BNDES) e outros agentes financeiros. As principais garantias são as demonstradas a seguir:

Banco	Tipo de garantia	Valor da dívida em 30.06.2013
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes empresas: CESS, CEE, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Ibitiúva, Fleixeiras I, Guajiru, Mundaú e Trairí.	2.459.996
Banco do Brasil	Caução da totalidade das ações de emissão da controlada indireta Hidropower	17.349

e) Avais e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de operações de compra de energia de determinadas controladas, cujo valor total em 30.06.2013 é de R$ 178.892. Os vencimentos das garantias estão programados da seguinte forma: R$ 55.116 em 2013, R$ 54.046 em 2014, R$ 850 em 2017, R$ 17.084 em 2022 e R$ 51.796 em 2023.

f) Mútuo - Ibitiúva e Andrade Açúcar e Álcool (Andrade)

A controlada indireta Ibitiúva possui um contrato de mútuo com a Andrade - sua parte relacionada no Consórcio Andrade – concedido para a aquisição de equipamentos, máquinas e instalações, bem como para a execução das obras e serviços necessários à melhoria da eficiência do processo produtivo da usina de açúcar e álcool. A remuneração do mútuo corresponde à variação do IPCA e o contrato vence em 2025. O saldo remanescente em 30.06.2013 é de R$ 16.548.

g) Remuneração das pessoas chaves da administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da administração nos períodos encerrados em 30.06.2013 e 30.06.2012 estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido pela Companhia é o de aposentadoria. Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
Honorários e benefícios de curto prazo	4.601	4.448	5.086	4.761
Bônus dos administradores	2.690	2.061	2.798	2.061
Benefícios pós-emprego	417	319	417	319
Encargos sociais	1.166	1.132	1.244	1.195
	8.874	**7.960**	**9.545**	**8.336**

28. – SEGUROS [24]

Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora GDF SUEZ. A vigência do seguro é até 31.05.2014 e o valor da cobertura é de R$ 10.683.598 na controladora e R$ 14.686.804 no consolidado, conforme a seguir demonstrado.

	Controladora		Consolidado	
Tipo de usina	Danos materiais	Lucro cessante	Danos materiais	Lucro cessante
Usinas hidrelétricas	6.399.398	116.250	9.549.261	222.531
Usinas termelétricas	2.718.118	1.449.832	2.718.118	1.449.832
Usinas complementares (eólicas, biomassa e PCH)	-	-	645.703	101.359
	9.117.516	**1.566.082**	**12.913.082**	**1.773.722**

O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de R$ 1.065.700, por evento.

Riscos de engenharia

O Ceste possui seguro de risco de engenharia com cobertura de manutenção ampla de um ano após a entrada em operação das unidades da UHE Estreito. A cobertura total de manutenção ampla é de R$ 2.404.630, correspondente a R$ 963.535 relativos à participação da Companhia no consórcio.

Os projetos eólicos possuem seguro de risco de engenharia e de responsabilidade civil nas obras. Os seguros de risco de engenharia possuem cobertura de R$ 483.327 para danos materiais e manutenção ampla e de R$ 37.600 para cobertura de perda de lucros esperados, e o de responsabilidade civil nas obras tem cobertura de R$ 20.000, para todo o período da obra.

Outras coberturas

A Companhia possui ainda seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

[24] As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

29. – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas nas divulgações das demonstrações contábeis de 31.12.2012.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são os seguintes:

- Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica
- Contrato de venda de créditos de carbono – *Certified Emission Reduction* (CER);
- Contratos de conexão à rede elétrica;
- Contratos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (CUST e CUSD);
- Compra de gás natural;
- Operações de arrendamento mercantil;
- Contratos de construção em andamento; e
- Contratos de modernização das usinas.

Não houve nenhuma alteração significativa nos compromissos de longo prazo no presente semestre, exceção feita ao fornecimento de gás natural para a UTE William Arjona, conforme comentado a seguir:

No mês de janeiro de 2013, a Companhia ingressou com um pedido junto ao Presidente do STJ requerendo a perda da eficácia da decisão que garantiu a Petrobras suspender, no ano de 2012, o fornecimento de gás para a UTE William Arjona.

Tal pedido foi aceito permitindo a retomada do fornecimento de gás até 22.02.2013, quando o fornecimento foi novamente suspenso após nova decisão da Ministra relatora da Medida Cautelar interposta pela Petrobras no recurso especial que restabeleceu o direito da Petrobras de não fornecer o gás até o julgamento final do Agravo Regimental.

30. – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa foram realizadas nos períodos findos em 30.06.2013 e 30.06.2012.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
Compensação de imposto de renda e contribuição social	69.528	-	69.843	1.145
Aplicação no imobilizado e intangível em contrapartida de fornecedores	3.484	2.270	25.269	15.842
Aplicação no imobilizado provisionada por estimativa de desembolsos futuros	-	-	88.432	-
Juros sobre financiamentos e concessões a pagar capitalizados	-	-	11.930	24.256
Dividendos propostos a receber de controladas	-	23.221	-	-
Parcelas remanescentes a pagar na aquisição de investimentos	-	-	12.221	-

31. – EVENTOS SUBSEQUENTES

Dividendos intercalares

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 30.07.2013, aprovou distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30.06.2013, no valor de R$ 767.568, correspondentes a R$ 1,1759130707 por ação, correspondentes a 100% do lucro líquido ajustado do primeiro semestre de 2013.

As ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos intercalares, a partir de 19.08.2013.

O início do pagamento dos dividendos ocorrerá em data a ser definida posteriormente pela Diretoria Executiva da Companhia e com base nos dados cadastrais existentes no Itaú Unibanco. O registro contábil dos referidos dividendos ocorrerá no mês de julho de 2013.

Indeferimento de Suspensão de Liminar

Em julho de 2013, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, indeferiu o pedido de Suspensão de Liminar formulado pela União contra decisões da Justiça Federal em favor de associações de agentes do setor elétrico, inclusive a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), que excluíram os agentes geradores e comercializadores de energia do rateio do Encargo para Segurança do Sistema (ESS), instituído pela Resolução 03/2013 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A referida decisão resultou na redução do risco de perda contingente avaliada pelos advogados da APINE. Em decorrência, a Companhia, ao longo do próximo trimestre, avaliará as possíveis consequências resultantes deste indeferimento de modo a decidir sobre a manutenção ou não do procedimento de constituição de provisão para cobrir eventuais perdas, cujo montante reconhecido no segundo trimestre de 2013 foi de R$ 42,4 milhões.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Guy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle
Conselheiro

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert
Conselheiro

Willem Frans Alfons Van Twembeke
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Identificação das projeções

a) Objeto da projeção

Investimentos na manutenção, revitalização e ampliação do parque gerador.

A demonstração dos montantes de investimentos da Companhia segrega valores dispostos em dois grupos:

- Investimentos financiados com capital próprio, incluindo aquisições; e
- Investimentos financiados com dívidas, incluindo dívidas assumidas nas aquisições.

Ambos os modelos de projeção estão contemplados no item "d" abaixo.

As projeções realizadas são meras estimativas razoáveis que normalmente dependem de eventos futuros; portanto não podem ser consideradas como promessa de desempenho por parte da Companhia e de seus administradores.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

A Tractebel Energia divulga trimestralmente ao mercado suas projeções de investimentos para o ano corrente e os dois anos subsequentes, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções das unidades geradoras;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

Os valores informados, projeção e realizado, não consideram juros sobre a construção (juros sobre Capital Próprio e Capital de Terceiros).

A Administração pode influenciar todas as premissas, exceto as obrigações regulatórias que escapam ao seu controle.

Em caso de alteração relevante nas premissas acima, as projeções podem ser revisadas.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de 31.12.2012 a Companhia havia divulgado as seguintes projeções para os anos de 2013, 2014 e 2015:

	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 4ª trimestre de 2012 na DFP (em milhões de reais)		
Descrição / Período da projeção	2013	2014	2015
Financiado com dívida	205	-	-
Financiado com capital próprio	989	203	169
Total	**1.194**	**203**	**169**

No primeiro trimestre de 2013 as projeções foram revistas novamente, passando a apresentar a composição abaixo:

	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 1ª trimestre de 2013 (em milhões de reais)		
Descrição / Período da projeção	2013	2014	2015
Financiado com dívida	153	-	-
Financiado com capital próprio	543	749	230
Total	**696**	**749**	**230**

Já no presente trimestre essas projeções foram revistas e as projeções vigentes passaram a ser as seguintes:

	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 2ª trimestre de 2013 (em milhões de reais)		
Descrição / Período da projeção	2013	2014	2015
Financiado com dívida	153	-	-
Financiado com capital próprio	586	749	230
Total	**739**	**749**	**230**

Nota: As projeções acima não consideram os efeitos dos juros sobre o capital de terceiros incorridos sobre as construções.

a) Alteração nas projeções para 2013, 2014 e 2015 feitas durante o primeiro trimestre de 2013:

a.1) Investimentos previstos para o ano de 2013

Financiado com dívida:

A redução no montante previsto para 2013 decorreu, substancialmente, da alteração na estrutura de financiamento do Complexo Eólico Trairi.

Financiado com capital próprio:

A redução no montante previsto para 2013, de R$ 446 milhões, em relação aos R$ 989 milhões divulgados no quarto trimestre, é derivada dos seguintes principais fatores: (i) redução de R$ 511 milhões decorrente da postergação para 2014 do investimento na aquisição de Jirau; (ii) aumento de gastos na UHE Estreito no montante de R$ 52 milhões; (iii) aumento de R$ 38 milhões decorrente de alteração na estrutura de financiamento do Complexo Eólico Trairi; e (iv) redução de R$ 25 milhões devido à postergação de investimentos em novos projetos eólicos, anteriormente previstos para o ano de 2013.

a.2) Investimentos previstos para os anos de 2014 e 2015

O incremento nos montantes previstos de financiamento com o capital próprio para os anos de 2014 e 2015 refere-se, essencialmente, à postergação de 2013 para 2014 do investimento na aquisição de Jirau, conforme anteriormente comentado, e à revisão global do programa de manutenção e modernização do parque gerador da Companhia.

b) Alteração nas projeções para 2013 feita no segundo trimestre de 2013:

Financiado com capital próprio:

O aumento no montante previsto para 2013 de R$ 543 milhões para R$ 586 milhões, divulgados no primeiro trimestre, é derivado de aumento de investimento em Estreito.

c) Investimentos realizados até o 2º trimestre de 2013:

No 2º trimestre de 2013 foram realizados investimentos na ordem de R$ 186 milhões, dos quais R$ 135 milhões foram aplicados na construção de novas usinas (UHE Estreito e Complexo Eólico Trairi) e R$ 51 milhões foram destinados ao programa de manutenção de longo prazo de usinas existentes.

O investimento acumulado no semestre atingiu o montante de R$ 309 milhões, dos quais R$ 175 milhões foram aplicados na construção de novas usinas (UHE Estreito e Complexo Eólico Trairi) e R$ 134 milhões foram destinados ao programa de manutenção de longo prazo de usinas existentes.

Outras informações que a Companhia Entenda ser Relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pela Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Tractebel Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes
Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Companhia em 2013, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações intermediárias em 30 de junho de 2012 apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 30 de julho de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 30 de julho de 2013.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 30 de julho de 2013.